



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE - PGCULT

EVILÁSIO BARBOSA DA SILVA

**A GENEALOGIA DO MAL EM ROUSSEAU NO PERCURSO DA HISTÓRIA, DA
SOCIEDADE E DA LINGUAGEM**

São Luís
2024

EVILÁSIO BARBOSA DA SILVA

**A GENEALOGIA DO MAL EM ROUSSEAU NO PERCURSO DA HISTÓRIA DA
SOCIEDADE E DA LINGUAGEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do
Maranhão, como requisito para a obtenção de título de
Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luciano da Silva Façanha.

São Luís
2024

EVILÁSIO BARBOSA DA SILVA

**A GENEALOGIA DO MAL EM ROUSSEAU NO PERCURSO DA HISTÓRIA, DA
SOCIEDADE E DA LINGUAGEM**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção
de título de mestre no Programa de Pós-Graduação em
Cultura e Sociedade da Universidade Federal do
Maranhão.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano da Silva Façanha
Orientador – Departamento de Filosofia – UFMA

Profª. Dra. Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Membro interno - Departamento de Filosofia – UFMA

Prof. Dr. Helderson Mariani Pires
Membro externo - USP - São Paulo

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Barbosa da Silva, Evilásio.

A genealogia do mal no percurso da História, da sociedade e da linguagem / Evilásio Barbosa da Silva. - 2024.

84 p.

Orientador(a): Luciano da Silva Façanha.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Rousseau. 2. Natureza. 3. História. 4. Genealogia. 5. Mal. I. da Silva Façanha, Luciano. II. Título.

Dedico este trabalho à Evilyn e Fábria.

AGRADECIMENTOS

Manifesto os meus agradecimentos mais solenes primeiramente a Deus a quem devo a vida e tudo que nela já conquistei e que ainda almejo conquistar.

Agradeço a toda minha família, especialmente nas pessoas da Fábiana, Evilyn, Luzia e Edevaldo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, e a todos os professores que contribuíram com a minha formação.

Agradeço de forma muito especial ao professor Luciano Façanha, meu orientador; obrigado pela confiança, paciência, atenção e carinho.

Agradeço, também de forma muito especial a professora Zilmara Carvalho, minha eterna orientadora, e ao professor Helderson Mariani, obrigado por tudo.

Agradeço aos grupos de pesquisa GEPI-Rousseau e GEPI-Kant, sem eles eu não conseguiria seguir em frente na minha vida acadêmica.

Agradeço a todos os colegas da turma 2013.1 do mestrado, pela parceria e companheirismo.

Enfim, meus agradecimentos a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização de mais uma conquista na minha vida.

*“Malditas sejam todas as cercas!
Malditas todas as propriedades privadas
que nos privam de viver e de amar!”*

Dom Pedro Casaldáliga

RESUMO

Desde os primórdios da filosofia a reflexão acerca da origem do mal, vem sendo ao longo do tempo uma temática bastante explorada por muitos pensadores que se debruçaram sobre esse problema, sobretudo a partir do advento da Patrística. Mas em relação ao fenômeno da maldade, onde estaria a sua origem? Seria algo atrelado à natureza humana ou adquirido por um processo de desnaturação do ser humano ao longo da história? Diante dessas questões provocativas, empreendemos a partir delas uma investigação científica de cunho bibliográfico tomando como fundamento o pensamento do filósofo Jean-Jacques Rousseau, no que se refere à genealogia do mal no percurso da história, da sociedade e da linguagem, partindo da hipótese de que a raiz do mal não estaria na natureza humana, mas no surgimento da civilização. No contexto da Ilustração, enquanto os intelectuais consideravam que a racionalidade humana seria capaz de resolver todos os problemas da humanidade na perspectiva de um processo evolutivo e contínuo para o melhor, em contrapartida a todo esse otimismo, Rousseau aparece como uma voz solitária que propagava o contrário de toda a crença da época; ao se sentir provocado a participar do concurso promovido pela Academia de Dijon, que apresentava a seguinte questão: O Restabelecimento das ciências e das artes terá contribuído para aprimorar os costumes? Provavelmente contrariando as expectativas da Academia, Rousseau escreve o seu *Primeiro Discurso* e opta em responder à questão negativamente; o trabalho recebe a premiação da Academia de Dijon, e, também, diversas críticas de seus contemporâneos. Alguns anos depois, o genebrino participa novamente do concurso da mesma instituição, que dessa vez apresentou como questão: Qual é a origem da desigualdade entre os homens, e é ela autorizada pela lei natural? Dessa vez o trabalho não recebe a premiação, mas a sociedade de sua época, recebeu um texto com reflexões de grandiosa relevância e atemporais que vem perpassando a história e chega aos nossos dias com a mesma, ou quem sabe, até mais importância. Portanto, com base nestas duas obras primas de Jean-Jacques Rousseau, ou seja, o *Discurso sobre as ciências e as artes* e o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, bem como, o *Ensaio sobre a origem das línguas*, implementaremos um trabalho de pesquisa bibliográfica com o objetivo principal de analisar a origem do mal a partir do percurso histórico da sociedade e da linguagem no “progresso da humanidade”. Toda a nossa pesquisa partirá de uma proposta interdisciplinar entre Filosofia e História, em diálogo, até certa medida, com a Antropologia.

Palavras-chave: Rousseau. Natureza. História. Genealogia. Mal.

ABSTRACT

Since the beginnings of philosophy, reflection on the origin of evil has been, over time, a theme widely explored by many thinkers who have focused on this problem, especially since the advent of Patristics. But in relation to the phenomenon of evil, where would its origin be? Would it be something linked to human nature or acquired through a process of denaturation of human beings throughout history? Faced with these provocative questions, we will undertake a scientific investigation of a bibliographical nature based on them, taking as a basis the thought of the philosopher Jean-Jacques Rousseau, with regard to the genealogy of evil in the course of history, society and language, starting from the hypothesis of that the root of evil would not be in human nature, but in the emergence of civilization. In the context of the Enlightenment, while intellectuals considered that human rationality would be capable of solving all of humanity's problems from the perspective of an evolutionary and continuous process for the better, in contrast to all this optimism, Rousseau appears as a solitary voice that propagated the contrary to all belief at the time; when he felt provoked to participate in the competition promoted by the Academy of Dijon, which posed the following question: Did the Reestablishment of sciences and arts contribute to improving customs? Probably contrary to the Academy's expectations, Rousseau writes his First Speech and chooses to answer the question negatively; the work received an award from the Dijon Academy, and also received several reviews from his contemporaries. A few years later, the Geneva native participated again in the same institution's competition, which this time presented the question: What is the origin of inequality between men, and is it authorized by natural law? This time the work does not receive the award, but the society of its time received a text with reflections of great relevance and timeless that have permeated history and reach our days with the same, or perhaps even more, importance. Therefore, based on these two masterpieces by Jean-Jacques Rousseau, that is, the Discourse on the sciences and arts and the Discourse on the origin and foundations of inequality between men, as well as the Essay on the origin of languages, we will implement a bibliographical research work with the main objective of analyzing the origin of evil based on the historical path of society and language in the "progress of humanity". All of our research will start from an interdisciplinary proposal between Philosophy and History, in dialogue, to a certain extent, with Anthropology.

Keywords: Rousseau. Nature. History. Genealogy. Bad.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A CONCEPÇÃO DE FILOSOFIA DA HISTÓRIA NA ILUSTRAÇÃO	14
2.1 A ideia de progresso da civilização	22
2.1.1 O caráter civilizatório da História	26
2.1.2 O caráter revolucionário da História	36
2.1.2 A derrocada das concepções civilizatória e revolucionária da história	46
3 A GENEALOGIA DO MAL: a história como declínio.....	50
3.1 O início da jornada filosófica.....	50
3.2 O processo de desnaturação da humanidade: a passagem do estado de natureza para o estado histórico	53
3.3 A degeneração em sociedade: essência <i>versus</i> aparência	60
4 A ORIGEM DO MAL NA PERSPECTIVA DA LINGUAGEM	72
4.1 O surgimento da linguagem humana	73
4.2 A diferenciação das línguas	75
4.3 A musicalidade	76
4.4 Linguagem, sociedade e a origem do mal	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	82

1 INTRODUÇÃO

O século XVIII conhecido como século das luzes, promoveu o enaltecimento da razão, do progresso da técnica e da ciência como uma grandiosa possibilidade de resolução dos problemas da humanidade. A abordagem sobre o melhoramento e o refinamento dos costumes nas formas de se relacionar na sociedade, e o consequente resultado do jogo da aparência é bastante recorrente ao contexto da filosofia construída nesse período.

Os filósofos desta época estavam bastante empolgados com o advento do movimento iluminista, porém Jean-Jacques Rousseau não via com otimismo as perspectivas anunciadas pelo Iluminismo, mas, pelo contrário, pensou o avanço do progresso como um processo de desnaturação do homem, considerado pelo genebrino uma depravação, uma vez a ocasionar um distanciamento e um estranhamento deste de sua própria natureza, ou seja, o aumento das luzes promoveu na humanidade um ocultamento de seu ser e sua conduta passa a ser baseada apenas em aparência, mero artificialismo, predominando no homem o egoísmo causando, como consequência do refinamento dos costumes, a degradação humana.

No *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1978a), Rousseau desenvolveu uma história natural do homem, considerando-o desde a origem da espécie, ou seja, o próprio estado de natureza como ele descreve: “Vejo-o fartando-se sob um carvalho, refrigerando-se no primeiro riacho, encontrando seu leito ao pé da mesma árvore que lhe forneceu o repasto e, assim, satisfazendo a todas as suas necessidades” (Rousseau, 1978a, p. 238). Rousseau vê o homem adaptando-se a natureza para a realização de suas necessidades sem precisar de nenhuma outra forma de mecanismo para realizá-las, usa apenas o seu corpo como único instrumento. Contudo, este homem sofre uma desnaturação através de um longo processo que inicia no momento que ele faz a comparação nas primeiras associações ocasionadas pelo encontro com o outro, isto é, na passagem do estado de natureza primitivo para o estado de natureza histórico.

Por conseguinte, a partir do momento em que o homem começa a se afastar do estado de natureza desenvolve o amor-próprio, passando, por consequência, das condições de naturais para as primeiras associações com seus semelhantes, a diferença de homem para homem é maior do que a de animal para animal (Rousseau, 1978a). Dessa forma, homem se distingue dos outros animais porque se reconhece livre, pois consegue resistir ao mandado da natureza, e nessa resistência tende a afastar-se cada vez mais do seu estado natural adentrando-se profundamente na artificialidade do estado de civilização, de forma a ocasionar numa linha contínua, a sua degeneração moral.

No contexto atual estamos vivenciando muitos desafios que se impõem como problemas de grande complexidade no que se refere à humanidade, bem como nas diversas sociedades espalhadas pelo globo referente às suas problemáticas específicas. O momento é de muita preocupação em relação aos obstáculos a serem enfrentados, dos quais podemos destacar alguns como: o aquecimento global ocasionado por uma grande crise ambiental; o surgimento de novas doenças com potenciais pandêmicos; a eclosão de guerras que sempre despertam o temor de ataques nucleares; a crise da democracia no Ocidente; o advento de grupos e ideias neofascistas e neonazistas e o fenômeno das *Fake News* espalhadas em todo o mundo. Os países mais pobres sofrem com o crescimento da fome e da miséria, fruto da imensa desigualdade social e da corrupção; o aumento da violência; o ataque aos povos originários; a perseguição à imprensa e tantos outros males. No Brasil, além do sofrimento da população com muitos dos problemas já elencados, ultimamente temos visto vários casos de racismo e injúria racial; feminicídios e a morte de pessoas pertencentes às comunidades LGBTQIAPN+. As florestas estão sendo devastadas pelo agronegócio, o garimpo ilegal e a grilagem de terras, fazendo com que os indígenas, os ambientalistas e os ribeirinhos se sintam constantemente ameaçados. Enfim, se continuássemos a lista poderia ser bem mais extensa.

Creio que toda esta problemática apresentada aqui, tem raiz na maldade que parece até estar cravada no coração da humanidade. Ao nos debruçarmos com afinco nas obras do filósofo Jean-Jacques Rousseau, podemos perceber que muitas de suas críticas lançadas ao progresso das ciências e das artes, bem como ao estado de sociedade, parecem ser bastante atuais em relação ao contexto em que estamos vivenciando. De fato, à luz de seu pensamento filosófico, podemos interpretar a nossa realidade observando que quanto mais vemos a humanidade progredir racionalmente, mais a percebemos cair moralmente. Na esteira da filosofia rousseauiana compreendemos que a origem do mal na humanidade não é algo natural, mas originado no percurso da história da sociedade e da linguagem. É nesta perspectiva que aqui objetivo estabelecer uma análise sobre a genealogia do mal na humanidade seguindo esse percurso no panorama filosófico apresentado por Jean-Jacques Rousseau, inspirado no antagonismo proposto pelo genebrino, em relação à natureza e cultura, contido em seus dois discursos, mas apontado em toda a sua obra.

Ao longo da História da Humanidade são inúmeras as temáticas que trazem profundas inquietações e questionamentos que por mais antigas que sejam parecem ainda está longe de uma resolução apaziguadora de nossas curiosidades. Dentre algumas dessas poderíamos elencar algumas indagações no que se refere a verdade, a vida, a morte, a justiça, a ética, o bem etc. a lista é infundável. Porém, mesmo que não consigamos apaziguar a contento os nossos

questionamentos, não significa que devemos deixar de refletir sobre eles na busca incessante de uma possível resolução, aliás essa é a razão de ser da filosofia. Por isso, ousarei neste trabalho propor uma reflexão sobre uma daquelas temáticas inquietantes a qual me referi no início, a saber: qual seria a origem do mal? Por que ele existe? Seria algo atrelado à natureza humana ou adquirido por um processo de desnaturação do ser humano ao longo da história?

Portanto, tomando como fundamento as obras primas de Jean-Jacques Rousseau, ou seja, o *Discurso sobre as ciências e as artes* e o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, bem como, o *Ensaio sobre a origem das línguas* e *Emílio ou da educação*, implementaremos um trabalho de pesquisa bibliográfica com o objetivo principal de analisar a origem do mal a partir do percurso histórico da sociedade e da linguagem no “progresso da humanidade”. Além desses textos fundamentais de Jean-Jacques Rousseau, pesquisaremos em outras fontes importantes de autores como: Jean Starobinski, Luís Roberto Salinas Fortes, Ernst Cassirer, Claude Lévi-Strauss, entre outros. Como percurso, de início apresentaremos a discussão do aparecimento do mal a partir da perspectiva da História na Ilustração; em seguida demonstraremos a concepção da História do antiprogresso e finalmente apontaremos a genealogia do mal na perspectiva do nascimento da linguagem. Toda a nossa pesquisa partirá de uma proposta interdisciplinar entre Filosofia e História, a dialogar, até certa medida, com a Antropologia.

2 A CONCEPÇÃO DE FILOSOFIA DA HISTÓRIA NA ILUSTRAÇÃO

A Filosofia ao longo da história vem apresentando diversas reflexões nas mais variadas direções do conhecimento, mas no início não havia uma preocupação referente ao progresso da civilização, o que só ocorrerá no período da Ilustração, nem tampouco com a questão da origem do mal, pelo menos de forma sistemática, ou seja, bem diferente das construções mitológicas elaboradas pelos gregos. Neste primeiro capítulo, antes de tratarmos da concepção de Filosofia da História na Ilustração, propriamente dita, apresentaremos uma síntese panorâmica do pensamento filosófico ao longo de sua existência a fim de demonstrarmos que o tema do progresso da civilização está intrínseco à Ilustração; logo em seguida, apresentaremos a discussão sobre o aparecimento do mal a partir da Filosofia da História na Ilustração, a refletir sobre os seguintes itens: História e civilização, História e revolução e História e declínio.

Nos primórdios, na tentativa de encontrar uma resposta mais convincente a se contrapor à mitologia que era a forma mais comum de compreensão ou interpretação dos fenômenos da natureza, os primeiros filósofos da Grécia Clássica, chamados de pré-socráticos, conhecidos também como filósofos da *physis*, apresentavam como escopo de suas reflexões a preocupação com as causas primordiais, ou seja, a estrutura elementar de todas as coisas, a *arché*. A mudança de interesse pela questão da natureza para a humana só ocorreu a partir dos sofistas, e de forma mais incisiva com Sócrates, Platão e Aristóteles.

É certo que os sofistas foram essenciais para o deslocamento reflexivo da *physis* para as questões humanas como: a retórica, a arte, a língua, a religião, a educação, a ética e a política, isto é, indagações relacionadas à cultura, de maneira que podemos até afirmar que eles foram os precursores de uma “filosofia humanista” na antiguidade (Reale; Antiseri, 1990). No entanto, foi com Sócrates, Platão e Aristóteles que, vimos a filosofia direcionar-se para as questões mais amplas, aprofundadas e sistemáticas em relação aos temas relacionados ao ser humano. Com eles surgem interrogações sistematizadas acerca da moral, virtude, liberdade, amor, política, lógica, retórica, política e metafísica.

No período medieval, o foco da reflexão filosófica se deslocou das indagações relacionadas à humanidade para a divindade, ou seja, a principal preocupação desse momento está relacionada ao Deus da tradição Judaica/cristã, é claro que antes disso, passou-se por diversas escolas de pensamento como: o cinismo, o epicurismo, o estoicismo, o ceticismo e o ecletismo, mas o início do pensamento medieval possui forte influência do neoplatonismo, especialmente pela figura do filósofo Plotino. A Patrística e a Escolástica, são as escolas representantes desse estágio da filosofia. Podemos destacar como principais representantes dessa longa fase da história os filósofos, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Enquanto a

patrística foi responsável pela elaboração doutrinária, teológica e filosófica nos primeiros séculos da Igreja, com o objetivo de disseminar o seu dogmas e proteger a instituição religiosa das heresias em combate contra os pagãos, a escolástica tinha como principal foco sistematizar a fé, em intercâmbio com a razão, e a promoção da crença na existência de Deus e sua relação com os humanos direcionando-se à filosofia aristotélica, de forma a afastar-se de Santo Agostinho que era o principal ponto de referência teológica da Igreja até então.

Vale ressaltar que até este momento se tinha duas concepções de história, ou seja, uma concepção cíclica, herdada dos gregos, e uma compreensão linear de influência agostiniana; voltaremos a tratar dessas concepções ao longo deste trabalho. Um ponto importante a se enfatizar é que Idade Média foi um período histórico bastante criticado pelos seus sucessores, principalmente pelo movimento da Ilustração, isso muito por conta da ênfase dada às questões relacionadas à fé em detrimento às atividades humanas, pois além de não permitir a livre interpretação bíblica, obter controle sobre todo o aspecto cultural da época, colocando-se como um empecilho no que se refere às liberdades humanas, a Igreja também estava totalmente atrelada à nobreza e ao sistema feudal, servindo de sustentação ideológica e ao mesmo tempo usufruindo economicamente e ideologicamente de todo esse poderio para fortalecer-se cada vez mais enquanto instituição religiosa. Essa predominância da Igreja começará a ser questionada mais incisivamente com advento do movimento humanista.

Podemos afirmar que o movimento humanista estabeleceu as bases para o surgimento do Iluminismo no século XVIII, pois algumas de suas principais inquietações estão em consonância como a Ilustração. Esse movimento filosófico e cultural ficou conhecido historicamente como Renascimento, exatamente por resgatar, ou seja, fazer renascer as influências da cultura clássica, especialmente no que se refere à ênfase no ser humano como figura central e preponderante em contrapartida ao teocentrismo da Idade Média. As transformações existentes nessa época permitiram que se impulsionasse as pesquisas científicas, as artes e a expansão do comércio. Além disso, esse momento foi marcado pela Reforma Protestante que foi responsável em promover uma considerável modificação do contexto religioso europeu.

O surgimento desta nova visão começa a ocorrer com o enfraquecimento do sistema feudal, que era sustentado pela Igreja que por tabela acaba também por enfraquecer-se em relação à sua influência e poder, a partir de então com a ampliação do comércio um novo sistema econômico começa a surgir como base para o que viria a ser o capitalismo, fazendo emergir uma nova classe social, isto é, a burguesia. Desta fase, podemos destacar algumas figuras importantes como: Martinho Lutero, Giordano Bruno, Nicolau Copérnico, Galileu

Galilei, Isaac Newton, Francis Bacon, René Descartes, entre tanto outros. Como afirmamos acima, é possível percebermos uma consonância entre o Renascimento e a Ilustração, representada por alguns eixos marcantes como: uma certa oposição à Igreja, o antropocentrismo, o cientificismo e uma abertura para a produção artística. Essas características fazem com que afirmemos, novamente, que o Renascimento estabeleceu algumas bases para o alvorecer da Ilustração.

Apresentamos até aqui, uma síntese panorâmica da concepção história e filosófica, iniciando pela antiguidade clássica até o Renascimento para vos mostrar que diante de várias abordagens, nenhuma delas demonstrou alguma preocupação específica e enfática com a questão da civilização ou do progresso da sociedade, o que nos leva a afirmar, categoricamente, que a temática do progresso da civilização não está na antiguidade, nem no período medieval, mas sim na modernidade inaugurada exclusivamente no século XVIII com a aurora da Ilustração. É justamente nesse período da história que surge também, como contraponto à crença exacerbada no progresso da civilização, a ideia do antiprogresso e a crítica às ciências e as artes, encabeçadas por Jean-Jacques Rousseau, o qual apresentou peremptoriamente como o mal se originou na sociedade.

A Ilustração ou Iluminismo foi um **movimento filosófico, cultural e intelectual** que iniciou nas duas últimas décadas do século XVII e teve duração até o final do século XVIII, isto é, aproximadamente até o ano de 1780, de forma a dominar a Europa Ocidental. A França foi o seu ponto de origem, mas a Inglaterra e a Alemanha também sofreram fortíssimo impacto desse movimento. Embora estas tenham sido as principais nações europeias a “iluminarem” a Europa, essa “luz” se espalhou ainda por outras localidades do velho continente como: Viena, Roma, Madri, Lisboa e São Petersburgo, chegando até a atravessar o Atlântico e causar influências nos Estados Unidos, especialmente em relação à sua independência (Fortes, 2004 grifo meu).

Os intelectuais da Ilustração estavam bastante otimistas e entusiasmados com o advento das ciências e das artes, de tal modo que fundamentados na efervescência cultural do momento, acreditavam que o futuro seria de grande prosperidade e esperança para a humanidade. Além disso, os iluministas foram exímios defensores da tolerância, das **liberdades individuais** e do uso exclusivo da **razão** para cancelar o conhecimento como válido; para estes pensadores o “século das luzes” era considerado o apogeu da história, de maneira que o ápice da racionalidade humana, de acordo com a crença da época, promoveria o desenvolvimento contínuo e o progresso da civilização de forma que todos os problemas da humanidade seriam solucionados a partir daquele momento por intermédio da razão, ou seja, podemos afirmar

rigorosamente que a valorização do ser humano como centro do conhecimento, e a crença no poder da razão como fator emancipatório da humanidade, são as principais características da Ilustração.

Vale a pena destacar que a Ilustração enquanto movimento filosófico e cultural, não se apresentou como um corpo de ideias homogêneas, orgânicas e sistemáticas como muitos poderiam imaginar, aliás essa era uma das principais críticas dos intelectuais da época, que não viam com bons olhos a elaboração de grandes sistemas filosóficos sistematizados e acabados tal qual os de Descartes e Spinoza (Fortes, 2004). A construção da *Encyclopédia* francesa, certamente foi um dos principais pontos de convergência entre os iluministas, pois essa empreitada reuniu em uma obra prima a multiplicidade de conhecimentos produzidos na época nas mais variadas áreas das ciências e das artes.

A produção da *Encyclopédie* foi coordenada por Denis Diderot com a colaboração de Jean Lerond d'Alembert, e contou com a participação dos mais notáveis intelectuais da época e grandes especialistas de áreas diversificadas; dentre estes estão presentes alguns como: Montesquieu, Voltaire, Rousseau, d'Alambert, Buffon, Fontenelle entre tantos outros colaboradores que chegam acerca de 142 participantes. De fato, a *Encyclopédie* tem uma importância primordial para o “século das luzes” por condensar uma gama variada de conhecimentos representativos do “espírito da época” em uma obra dividida em 35 volumes publicada em um período que se inicia em 1751 até 1780. Além de ser um marco para a história da modernidade, a *Encyclopédia* francesa se tornou o principal símbolo da Ilustração.

Difícil é dar uma ideia do conteúdo do variado conjunto de textos que compõem a *Encyclopédia*. O que podemos dizer é que aí encontramos, sem dúvida, como expostas em uma vitrina, as ideias principais da burguesia do século XVIII. Se o catolicismo teve a sua *Suma Teológica* com São Tomás de Aquino, a burguesia também teve *Encyclopédia* a sua *Suma Filosófica*. Nela podemos contemplar as principais ideias e teses políticas e filosóficas pelas quais a maioria dos livres-pensadores e homens de letras do século se batem (Fortes, 2004, p. 53).

Já vimos que o movimento iluminista não se caracterizou como um conjunto homogêneo de doutrinas sistematizadas, mas, muito pelo contrário, como uma variedade heterogênea de pensamentos e formas de interpretar a sociedade, a política, as ciências e as artes. É certo que a *Encyclopédie*, foi um dos principais pontos de convergência entre os filósofos da Ilustração, assim como o restabelecimento do ser humano como referência do conhecimento e a ênfase na racionalidade como fatores preponderantes para o progresso da civilização, conforme já apresentamos. Mas, ainda podemos destacar outros pontos de confluência como, o antiabsolutismo, o anticlericalismo e a crítica severa ao período medieval.

Estas últimas características certamente foram frutos de uma série de abusos cometidos pela Igreja durante a Idade Média de modo que tais excessos chegam à modernidade com uma forte carga negativa, especialmente no século XVIII.

Sabemos que o cristianismo se iniciou como um movimento messiânico liderado por Jesus de Nazaré, e foi considerado na época como uma espécie de seita pelas autoridades religiosas e políticas da Judéia, situada na região da Palestina, que estava sob domínio do Império Romano. A partir do reinado dos imperadores romanos, Constantino (272-337) e Teodósio (347-395), a religião cristã se estabelece como a oficial do Império e se consolida como uma instituição imensamente poderosa mantendo ingerência direta na cultura, política e sistema econômico. Seu poderio se inicia por volta do século IV e se estende até o século XVI. Como já vimos, a Igreja se estabeleceu como um dos principais fundamentos do sistema feudal e do absolutismo, conhecido também como Antigo Regime, sendo que ela mesma era também uma senhora feudal, proprietária de grandes áreas rurais em todo o período vigente desse sistema.

A tradição teológica e religiosa daquele momento, defendia de modo categórico que somente a fé, por intermédio da interpretação eclesiástica da Sagrada Escritura, bem como o seu conjunto de doutrinas e dogmas, possuía a legitimidade para avaliar, ou seja, aprovar todo e qualquer tema referente à cultura e aos valores morais vivenciados naquele período, em detrimento da razão que deveria estar submetida à autoridade da Igreja. Para os enciclopedistas essa tradição religiosa estava servindo de obstáculo às liberdades, à autonomia do ser humano, ao desenvolvimento do conhecimento e ao progresso da civilização, por tudo isso essa etapa da história da humanidade recebera a alcunha de “idade das trevas” e em contrapartida ao que os intelectuais da Ilustração consideravam como obscurantismo, atribuíram a nomenclatura àquele frutuoso momento da História, de Século da Luzes ou Iluminismo, ou seja, a atmosfera da época era de que a luzes da razão surgia para dissipar a escuridão daquela etapa anterior. De acordo com o ideal dos enciclopedistas:

Para ser efetivamente livre a Razão não pode se submeter a nenhuma autoridade que a transcenda ou a nenhuma regra que lhe seja extrínseca: ela é, para si mesma, sua própria regra. Mas é também a regra para o universo em geral: se o homem reivindica um estatuto soberano para a sua Razão é porque postula simultaneamente a racionalidade última do universo. Os seres e as coisas que nos circundam estão submetidos a certas regularidades. Caberá ao homem descobri-las e para isto ele dispõe do instrumento adequado, ou seja, sua própria inteligência (Fortes, 2004, p. 19).

De maneira efetiva, percebemos que o movimento da Ilustração representou uma ruptura em relação ao poder eclesiástico representado pelo domínio que a Igreja Católica exercia sobre todo o aspecto cultural e político durante a Idade Média. Esse rompimento com teocentrismo, além de revalorizar o ser humano como centro de todo o processo de construção cultural e científica, proporcionou transformações importantes dentro do contexto conjuntural histórico da Europa como o início de uma reformulação dos estados-nacionais, graças ao advento da classe burguesa que desejava manter o sistema feudal cada vez mais distante.

Esse novo ideário, fruto da Ilustração, espalhou-se rapidamente pela sociedade europeia, de forma que muitos dos monarcas absolutistas, sentindo-se ameaçados, decidiram aderir, até certa medida, aos novos ideais políticos da época, a fim de não colocarem em risco os seus tronos. Esse novo engendramento político ficou historicamente conhecido como despotismo esclarecido, devido à tentativa destes monarcas em conciliar a forma despótica de governar com os avanços do ideário iluminista.

Os monarcas do Antigo Regime, governavam suas nações com mão de ferro e poder absoluto sobre as leis, a justiça, a força militar e sobre a cobrança dos impostos, além da incumbência de nomear ministros; tudo isso com a legitimidade e participação da nobreza e do clero. Muitos desses governantes utilizavam-se do chamado direito divino, para ganharem o reconhecimento do povo, isto significava que estes homens eram considerados escolhidos por Deus para governar de forma soberana e inquestionável, de maneira que a população reconhecia na sua figura uma autoridade divina, ou seja, um representante de Deus na Terra.

Na sociedade feudal, o clero e a nobreza eram isentos dos impostos, de maneira que toda a carga tributária recaía sobre a população comum representada pelos burgueses e os camponeses, sobretudo nestes últimos. Os servos da gleba, a classe mais oprimida da estrutura piramidal do feudalismo, porém a mais populosa e a garantidora do sustento das classes superiores, era bastante explorada trabalhando diuturnamente nas grandes propriedades agrícolas dos senhores feudais, em uma situação precária sem direito a uma vida digna; além de pagar altíssimos impostos para o soberano, ainda eram obrigados a repassar uma significativa porcentagem de sua produção para os seus patrões.

Essa sociedade estamental não permitia jamais que houvesse mobilidade das classes inferiores, de maneira que uma vez nascido servo, assim deveria viver até os seus últimos dias de vida, pois de acordo com a Igreja tal situação era justificada pela vontade divina. Também contra todos estes absurdos, os iluministas travaram uma grande batalha a fim de promoverem liberdade, justiça e dignidade para os indivíduos dessa sociedade. Para eles, todo governo deveria estar submetido ao império da razão semelhante à visão utópica do “Rei filósofo”

idealizada por Platão (Fortes, 2004). Por isso mesmo, retomando a ideia do despotismo esclarecido, alguns monarcas chegaram a ser bastante aclamados pelos intelectuais iluministas, devido à utilização de alguns dos princípios do Iluminismo. Por exemplo podemos destacar alguns como, o rei da França, Luís XIV, o rei da Prússia, Frederico II, o rei Carlos III, da Espanha, José II, da Áustria e Catarina II da Rússia.

Ainda sobre o Antigo Regime, o princípio da ruína do sistema feudal começou a dar alguns sinais a partir do século XIV, com a diminuição da produção agrícola, o que ocasionou a escassez da produção alimentícia e consequentemente a eclosão de algumas revoltas dos camponeses que não aceitavam mais a forma exploradora com que eram tratados, por isso reivindicavam a redução de suas obrigações com os senhores feudais, bem como a posse de maiores porcentagens de suas produções.

A partir do século XV o modo de produção feudal sofre o início de um longo processo de transição para um novo sistema denominado mercantilismo, que tinha como uma de suas principais características a transição de mercadorias, comércio com o mercado externo, o acúmulo de metais preciosos (metalismo) e a manutenção da balança favorável. Além do mais esse sistema foi o grande responsável pela ascensão da burguesia, grupo formado por comerciantes, artesãos e profissionais liberais, que com o passar do tempo foi enriquecendo e tornando-se cada vez mais independente do Estado. A partir desse momento a nova classe estabelece fortes críticas à intervenção do Estado na economia e inicia sua luta contra o Antigo Regime.

Seria difícil imaginarmos a existência de um movimento tão pujante como foi a Ilustração sem a ascensão da burguesia na sociedade europeia, pois sabemos, como é de fato, que o conjunto de ideias que eclodiram e impactaram o século XVIII, nasceu em grande parte do descontentamento dessa nova classe em relação ao sistema arcaico e atrasado, representado pelo Antigo Regime, que a impedia de avançar para um novo sistema econômico e político em que a liberdade e o conhecimento humano tivessem a garantia de promover o desenvolvimento da sociedade. Enquanto a burguesia se tornava cada vez mais rica, graças às intensas transações comerciais e o desenvolvimento das manufaturas de maneira a proporcionar o aumento considerável das exportações e o crescimento do lucro que sustentava financeiramente o regime absolutista, em contrapartida ela não gozava das mesmas benesses do clero e da nobreza que ainda continuavam a obter os mesmos privilégios, embora vivessem como parasitas dentro da sociedade feudal; por isso, fazia-se necessário derrubar este sistema que se impunha como obstáculo a impedir o avanço da burguesia que desejava se consolidar como uma classe social

relevante na sociedade, e para isso a Ilustração era o impulso ideal para a consolidação desse propósito.

Já sabemos que uma das principais características do movimento iluminista é a enfática oposição ao período medieval, diante dessa perspectiva os burgueses que compunham, junto com os camponeses, a classe mais oprimida do Antigo Regime, por meio dos seus intelectuais, filósofos e homens de letras, elaboraram todo um arcabouço teórico e prático seguindo a esteira do movimento renascentista no afã de suplantar de uma vez por todas aquele espectro que eles consideravam como “Idade das Trevas” conforme já vimos. Isto significa que os ilustrados eram de fato burgueses que desejavam intensamente que a sociedade se desenvolvesse continuamente de forma a promover um novo tempo na História da humanidade, tempo este de prosperidade à luz da razão.

Estes pensadores e intelectuais são, de fato, *ideólogos* da nova classe, de um modo geral: são eles que se desincumbem, na frente de batalha ideológica, da tarefa de combater as forças do passado contra cujos privilégios seculares se contrapõe diuturnamente o grande comerciante de Amsterdã ou de Marselha na luta pela expansão de suas atividades lucrativas. Como diz Jean-Paul Sartre referindo-se ao período: a emancipação política de uma classe é apresentada, por parte de seus ideólogos, em termos de emancipação do homem em geral. Esta ideia, dentro do contexto histórico em que eclode, não poderia ter sido concebida, forjada e convertida em poderosa utopia a não ser com a condição de que uma nova classe, fundando sua sobrevivência em um novo sistema de produção de riquezas, abrisse caminho para sua própria afirmação e se aventurasse na busca de uma hegemonia econômica, mas também política e social (Fortes, 2004, p. 22).

É certo que a Ilustração se apresentou como uma mudança de mentalidade em relação ao momento histórico que antecedeu o humanismo renascentista, essa efervescência de ideias continuará seguindo a sua jornada conduzida pelo fio condutor da ideia de progresso da civilização de forma a corroborar com a produção de uma “Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão”, de forma inédita na História da humanidade. Esse conjunto de ideias elaborado por intelectuais entusiasmados com a atmosfera de transformação serviu de fundamentação para o grande teste de fogo da Ilustração, ou seja, a grande Revolução de 1789. Nesse sentido, a Revolução Francesa, enquanto movimento histórico, seria uma espécie de culminância, de toda a construção intelectual e ideológica elaborada pelos enciclopedistas. Certamente, essa aposta ousada estava firmada numa crença acentuada na ideia de progresso da civilização, grande mote do Século das Luzes.

2.1 A ideia de progresso da civilização

Sabemos que a elaboração do ideário da Ilustração, não iniciou propriamente no século XVIII, já vimos que o Iluminismo deve muito à produção intelectual edificada no Renascimento Cultural. Podemos considerar, até certa medida que o Iluminismo desenvolveu-se como continuidade do Renascimento, embora este ainda tenha sofrido algumas influências da escolástica, especialmente no que se refere à produção de um arcabouço intelectual organizado e sistemático e acabado, o que já mostramos que não era muito bem visto pelos filósofos ilustrados; além disso, o movimento renascentista também sofre bastante influência da Reforma Protestante e da Contrarreforma, o que faz com que alguns filósofos e cientistas ainda mantenha uma certa ligação com a metafísica.

Se pudermos atribuir simbolicamente um marco para a gênese da Ilustração, podemos apontar os dois últimos decênios do século XVII, como o gérmen do século das luzes. Foi justamente a partir do século XVII que se tem os primeiros ataques contra a produção filosófica construída no período medieval, assim como alguns impactos significativos para a humanidade, fruto do princípio de um processo relacionados às pesquisas científicas. Dentre algumas descobertas nesse campo, vale destacar a teoria da atração universal elaborada pelo inglês Isaac Newton, na sua obra *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural*, publicada em 1687. Nesse mesmo período a humanidade testemunha o aumento expressivo das pesquisas científicas e o avanço tecnológico. Contudo, sem deixar de dar o merecido crédito ao Isaac Newton como um dos ilustres intelectuais da História da humanidade, não podemos deixar de lembrar do magnífico trio de filósofos que para muitos é considerado a raiz daquilo que viria a ser a Filosofia da Ilustração, a saber, Francis Bacon, René Descartes e John Locke. Os dois primeiros considerados como fundamentos do racionalismo moderno, enquanto o último representa a base do empirismo. Demonstrando a grandiosidade destes pensadores para a História, em uma breve síntese sobre eles, Salinas discorre:

Quem investe assim contra a tradição, os preconceitos e a inércia espiritual é Francis Bacon (1561-1627), autor de obras fundamentais como o *Novum Organum*, verdadeiro manifesto inaugural do método experimental que acabará por dominar o curso dos novos conhecimentos. Descartes (1596-1650) e Locke (1632-1704) participam do mesmo espírito: o primeiro com o seu *Discurso sobre o método* sua *Meditações Metafísicas*, assenta as bases de uma nova filosofia “racionalista” que faz da “luz natural” - a metáfora é de Descartes - de que toda criatura dispõe a instância última sobre a qual deverá ser edificado qualquer sistema de conhecimento; o segundo com o seu *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, faz da experiência a fonte de todo o conhecimento, submetendo o intelecto humano a uma minuciosa dissecação (Fortes, 2004, p. 25).

Com uma base muito bem solidificado pelos filósofos do século XVII, os intelectuais da Ilustração seguem dando continuidade à herança racionalista dos seus antecessores, mas agora de uma forma mais generalizada e depurada tendo em vista um projeto universalista de emancipação do ser humano pela razão. O propósito a partir de então, será a promoção da autonomia dos sujeitos, de formar a exercerem de forma livre a sua capacidade de pensar por si próprios através do esclarecimento. Doravante, a razão teria um papel crucial no que se refere ao aprimoramento dos costumes por intermédio do restabelecimento das ciências e das artes. Excetuando Rousseau, todos os enciclopedistas estão bastante entusiasmados com as perspectivas vindouras para a sociedade ilustrada nascente, pois o percurso a ser trilhado a partir, daquela ocasião, seria o da prosperidade na perspectiva do progresso civilizatório.

Já observamos que no Renascimento, com o avanço científico e tecnológico, bem como a ênfase no ser humano em detrimento da divindade, já se tinha uma semente desse processo de desenvolvimento da civilização que ao brotar deveria render belos frutos de permanente progresso para o melhor. Dentre todos os pensadores da época que manifestavam grande otimismo em relação ao Século da Luzes, vale apenas destacar dois destes importantes filósofos, a saber: Voltaire e Condorcet. Ambos os pensadores podem ser considerados como figuras emblemáticas da atmosfera iluminista, sobretudo em relação ao otimismo vivenciado naquele contexto. Enquanto o primeiro demonstra um grande apreço pelo cosmopolitismo, a liberdade de pensamento e a defesa do progresso; o segundo apresenta um otimismo revolucionário, dentro do ambiente pós-revolução francesa, creditando ao presente a unidade entre a História e a esperança de um progresso civilizatório perene, sobre o amparo da razão, de maneira que se elimine a desigualdade entre as nações, que a igualdade se desenvolva em cada povo e que a humanidade realmente se aperfeiçoe. Voltaremos a tratar, de forma mais detalhada, destes importantes filósofos da Ilustração.

Não podemos esquecer de esboçar alguns comentários sobre outro símbolo marcante do Iluminismo, especialmente no que tange a ideia de progresso da civilização, é o ilustre filósofo prussiano, Immanuel Kant (1724-1804). De acordo com sua reflexão o século XVIII era um período exitoso para a espécie humana tendo em vista a dar relevantes sinais de um esclarecimento em curso, esclarecimento este que, em sua visão, seria bastante benéfico, na medida em que implicaria numa autonomia do pensar, capaz de conduzir o homem ao desenvolvimento de todos os níveis. O königsberguiano percebeu que aquele momento histórico vivenciado naquele contexto, seria um momento muito propício para a humanidade alcançar o desenvolvimento de suas disposições naturais, ou seja, a prudência, a técnica e, sobretudo, o desenvolvimento moral.

Kant visualizou uma sociedade, que apesar do contexto de transformação em relação aos valores supracitados, ainda não era esclarecida, mas, estava em processo de esclarecimento, e o momento ideal para tal ação era justamente aquele em que se estabelecia o movimento iluminista. Para ele o esclarecimento se dá quando o homem sai de sua menoridade, pela qual só ele é responsável. Nesse caso, para Kant, a menoridade significa a “incapacidade de fazer uso do seu próprio entendimento sem a direção de outro indivíduo” (Kant, 2013, p. 63). Ninguém é responsável por esse estado de menoridade em que o homem se encontra, visto que essa causa não consta na falta de entendimento ou falha de esquecimento, mas, da falta de decisão e coragem para sair desse estado “antinatural”, pois há muito tempo em que os homens foram libertos pela natureza de toda direção alheia. Logo, o esclarecimento para Kant se resume na máxima: “*Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento” (Kant, 2013, p. 63-64).

O contexto do “século das luzes”, onde a razão estava enaltecida, com o propósito de promover a liberdade humana, fator preponderante para o esclarecimento, poderia proporcionar condições e aspectos bastantes relevantes referentes ao progresso humano, visto que os empecilhos que outrora impediam a humanidade de se desenvolver foram derrubados. A humanidade tenderia a desfrutar de plena liberdade para fazer o uso pleno de sua razão e esclarecer-se tendo em vista ao alcance de sua finalidade, isto é, a moral. Além do mais, o momento era oportuno para exercer a liberdade de pensar, expressar-se, manifestar-se de maneira a tornar público àquilo que se pensa.

Outro fator importante relacionado ao progresso, apontado por Kant, ainda referindo-se a liberdade, é a possibilidade de fazer o uso público de sua razão, pois ela é porta de acesso ao esclarecimento. Para Kant, o uso público da razão deve ser constantemente livre e somente ele pode difundir o esclarecimento entre a humanidade. O esclarecimento e a liberdade de expressão estão extremamente ligados, visto que um origina o outro. Por isso, ele deixou claro em seus escritos a enorme importância que tem o homem que utiliza de sua autonomia de maneira pública, pois tal atitude tem o poder de promover a ilustração entre a humanidade. Aliás, só quem é esclarecido, de fato, utiliza a liberdade de expressão; quem não é esclarecido não pode exercer tal proeza.

No texto de 1784, *Ideia de uma História universal de um ponto de vista cosmopolita*, Kant apresenta como fim último da espécie humana, alcançar uma perfeita constituição política entre as nações, de modo que não haja mais fronteiras entre elas e de maneira que se atinja uma sociedade cosmopolita regida por uma legislação universal. A importância de se atingir tão grandioso objetivo residiria no fato de que este seria condição imprescindível para que a

liberdade fosse amplamente assegurada, e, por conseguinte, para viabilização de um fim ainda mais elevado, isto é, a realização de uma sociedade moral.

Isso não poderia ocorrer nos sujeitos individuais, mas apenas no conjunto da espécie humana, através do desenvolvimento de suas disposições originais para o uso da razão, de maneira lenta e continuamente progressiva. Nesta perspectiva, a “natureza” através de um fio condutor (um plano oculto) impulsionaria a humanidade a desenvolver-se em direção a um fim. A mola propulsora desse desenvolvimento seria os antagonismos sociais, ou seja, a insociável sociabilidade, que consistiria nas tendências que o homem tem tanto para associar-se, devido à nesse estado sentir-se mais homem, dado o desenvolvimento de suas disposições naturais; como para isolar-se, porque em tal estado tenderia a querer conduzir tudo em seu proveito, de maneira que ao receber oposição de todos os lados, inclinar-se-ia, da mesma forma, a fazer oposição aos outros (Kant, 2016).

Assim, o mesmo conflito, capaz de ameaçar a comunidade dos homens, figura como condição de possibilidade para o fomento do seu progresso. Daí porque, afirma Kant, acerca do aumento da cultura, que os seres humanos, mesmo que inegavelmente, fossem possuidores de uma má índole, por serem também dotados de uma disposição moral, sentiam os males que através do egoísmo, podiam causar uns aos outros e, nesse sentido, por um lado buscariam a concórdia e por outro, ao invés de estacionarem no melhoramento dos costumes, haveria um constante progresso moral da civilização.

Tomando brevemente alguns dos aspectos do pensamento kantiano, podemos perceber o tamanho do entusiasmo dos enciclopedistas em relação à ideia de progresso civilizatório, da mesma forma em que aparecem nas filosofias de Voltaire e Condorcet. A Ilustração, enquanto movimento intelectual, nos leva a refletirmos sobre a ocorrência de algo interessante, ou seja, a confluência entre a filosofia e a História. Nesse sentido, o pensamento reflexivo segue o seu percurso teórico, de modo a construir uma doutrina da sociedade, do qual a Ilustração é o resultado mais profícuo.

Certamente, esse ponto de vista relacionado à confiança plena no desenvolvimento da civilização é fruto dessa simbiose entre filosofia e História, no sentido de doutrina da sociedade. Porém, o resultado do pós Revolução Francesa, embora tenha mantido a chama acesa da esperança no pleno desenvolvimento da civilização, de acordo com a convicção de Condorcet, que infelizmente além de sofrer perseguições, termina sua vida de forma trágica, mas acreditando nos frutos esperançosos da Revolução, o período napoleônico parece promover uma quebra entre a filosofia e a doutrina da sociedade, frustrando a ideia de civilização tão

apreciada por Voltaire e corroborando a perspectivas anunciadas por Rousseau em relação à História da humanidade.

Sabemos que durante o período da Grécia clássica, havia o entendimento de que a História percorria de forma cíclica, embora essa consideração apareça por vezes ao longo do trajeto histórico, enquanto na modernidade, especialmente no século XVIII, a posição era de que História seguia o percurso linear. No entanto, de acordo com a reflexão de Maria das Graças de Sousa, o sentido da História segue uma variação estando ora no passado, ora no futuro, ora no presente; sendo que cada um destes sentidos, representam respectivamente declínio, civilização e revolução; de maneira que para Rousseau o sentido maior da História se situar-se-ia no passado; com Voltaire, no futuro e com Condorcet, no presente (Souza, 2001). A seguir, acompanharemos um pouco dessas perspectivas históricas desenvolvidas na Ilustração.

2.1.1 O caráter civilizatório da História

O período da Ilustração é possuidor de inúmeras características marcantes das quais podemos destacar dentre elas, como uma das mais significativas, a grande quantidade de intelectuais que compuseram todo esse arcabouço cultural e filosófico. Dentre estes, sem sombra de dúvidas, podemos dar ênfase ao filósofo e dramaturgo francês, François Marie Arouet, ou simplesmente Voltaire, que certamente se destaca como um dos principais expoentes do Iluminismo, de maneira que muitos estudiosos o consideram como o grande símbolo do Século da Luzes, ou seja, aquele que talvez melhor represente o espírito daquela época. Autor reconhecido e renomado por escrever diversos livros imponentes desde a década de 20 do século XVIII, passando por diversos gêneros como, poemas, romances, peças teatrais, tragédias e comédias, como por exemplo: *Édipo*, *Poema da Liga*, *Henríada*, *Cândido*, *O Ingênuo*, dentre outros; utilizando-se sempre de uma originalidade audaz, crítica e sarcástica sem igual. Mas, além de seus escritos literários, Voltaire também escreveu textos filosóficos e históricos do qual podemos destacar: *Dicionário Filosófico*, *Cartas Inglesas* (ou *Cartas Filosóficas*), *O Século de Luís XIV*, *História de Carlos XII* e *Ensaio sobre os Costumes*.

Assim como ocorre na obra de Rousseau, o pensamento voltairiano também não possui uma sistematização teórica conforme à tradição filosófica herdada dos gregos, bem como pelos filósofos posteriores do período medieval até o Renascimento, aliás já vimos que uma das características dos enciclopedistas era justamente a crítica sobre essa construção teórica, especialmente de cunho metafísico. Mas, muito embora estes não sejam considerados “filósofos” de forma literal, o conteúdo filosófico de suas reflexões está espalhado em toda suas obras, de modo que mesmo depois de quase três séculos, seus escritos continuam servindo de inspiração

para os mais variados temas importantes para a humanidade. Voltaire era um desses críticos contundentes da metafísica, defensor ativo da tolerância, da liberdade e da razão, era um grande entusiasta do progresso e da civilização, porém apesar de seu otimismo em relação ao progresso da história da humanidade por intermédio da razão, certamente não era um ingênuo, pois tinha consciência dos obstáculos a serem enfrentados para o alcance de tal propósito, pois tinha a plena convicção de que essa transformação estava nas mãos dos homens e mulheres, que digasse de passagem ainda estavam bem distantes de serem plenamente esclarecidos, mas devido às luzes da racionalidade, seguiam nesse processo paulatino de melhoramento, por isso Voltaire aposta no futuro da humanidade como possibilidade de uma plena civilização.

É inegável que na época de Voltaire já se usufruía de uma transformação da História em relação aos períodos anteriores, especialmente em relação ao período medieval, quando a Igreja dominava todas as instâncias da sociedade, mas apesar dessa evolução já existente, o Século das Luzes ainda trazia alguns resquícios daquele momento histórico que os ilustrados convencionou chamá-lo, pejorativamente, de “Idade das trevas”, para fazer contraponto às luzes da razão que estava a brilhar a mente humana durante o Iluminismo.

Dessa forma, Voltaire após ser consagrado e reconhecido como um grandioso escritor, digamos que numa segunda fase de sua carreira, após ter completado os seus sessenta anos de idade, ele passa a travar grandes embates contra a Igreja Católica e contra a política ainda vigente. Esses conflitos o fizeram ser preso por duas vezes na Bastilha, além de ter que refugiar-se algumas vezes para escapar das perseguições devido a acidez contida em seus escritos contra aquelas instituições de Paris. Graças à sua celebridade conquistada pelo grande sucesso de suas obras desde o início de sua carreira, Voltaire não chegou a ter tantos problemas, assim como teve o Rousseau ao longo de toda a sua vida, em relação às perseguições de seus livros, o que fez com que o genebrino vivesse constantemente em fuga.

Voltaire era um grande admirador do pensamento filosófico elaborado no século XVII, possivelmente por conta da ênfase dada para o racionalismo que era a sua grande paixão, além disso aquele momento histórico representava uma espécie de ruptura com o espectro político, econômico e religioso, herdado do período medieval, que era abominado pelos ilustrados, exatamente por acreditarem que ele servia de empecilho que impedia o avanço da humanidade para a civilização. Desse modo, tanto a Igreja quanto o Antigo Regime se constituíram como grandes inimigos da humanidade, e portanto, deveriam ser combatidos pelo o “espírito” do século, representado pelo auge da razão, de acordo com o pensamento dos iluministas.

Por conseguinte, Voltaire elege como seus alvos principais a tradição religiosa e a autoridade política ainda vigente em sua época (Fortes, 2004). Embora o autor das *Carta*

Inglesas tenha disparado ataques incisivos contra o clero e a nobreza, ele jamais se apresentou como um ateu, e como um intelectual esclarecido, defendeu até o fim a tolerância e a liberdade de expressão, inclusive a liberdade religiosa.

Ocorre que François Marie Arouet, como um entusiasta da razão, enxergou nos filósofos do século XVII, os fundamentos que viriam a resplandecer no século seguinte, ele nutria grande admiração por algumas figuras imponentes como: René Descarte, Isaac Newton e Jonh Locke, sendo que para Voltaire, estes pensadores seriam os verdadeiros baluartes essenciais na história do desenvolvimento do espírito racional. Talvez devido ao caráter sistemático da filosofia de Descartes, algo que não era bem visto pelos ilustrados, Voltaire levou muito mais a cabo as contribuições de Newton e Lock, de tal modo que do primeiro dedicou uma de suas obras chamada, *Elementos da Filosofia de Newton, ao Alcance de Todo Mundo*, e do segundo herdou entusiasmo pelo empirismo, chegando a considerá-lo o Aristóteles dos tempos modernos (Fortes, 2004). Para além dos fortes embates contra a Igreja e contra tudo aquilo que poderia servir de obstáculo para o progresso da razão e para conquista da civilização pela humanidade, certamente as abordagens acerca da história é um dos elementos mais pujantes de seu pensamento de modo que:

É possível afirmar que com ele se dá uma verdadeira função da história como ciência. Suas concepções a respeito da investigação histórica são até hoje o ponto de partida para qualquer ciência histórica [...]. Sua grande preocupação, na descrição dos fatos e levantamentos nas fontes do passado, é a “exatidão”. Por outro lado, ele rompe com a história até então praticada, que é um amontoado de árvores genealógicas travestidas de relato histórico. Os historiadores em geral preocupam-se com a evolução de uma família. Outro ponto de vista que ele repudia é o exclusivamente militar: chega de histórias que são simples atas comemorativas dos feitos de alguns militares. Preocupa-se Voltaire com os “povos” buscando determinar o espírito dos tempos e o “espírito das nações”. Propõe uma história que abranja o conjunto das atividades humanas, o movimento de preços e salários, as grandes invenções (*o moinho de vento, a lareira, os óculos*) (Fortes, 2004, p. 46).

Podemos perceber que a importância atribuída à História para Voltaire tem muito mais a ver com os fatos e a realidade das pessoas nas sociedades, de modo que tanto em alguns de seus poemas, como na sua obra escrita para o teatro, podemos perceber alguns traços que se referem a fatos históricos; isso fica bastante evidente no poema sobre a Liga, a *Henriade*, quando ele narra no segundo canto a tragédia que ficou conhecida como “noite de São Bartolomeu”, ocorrida em Paris em uma noite sangrenta, em que católicos matam milhares de protestantes; para a execução desse trabalho, Voltaire estabeleceu uma ampla pesquisa historiográfica sobre fontes da época de Henrique IV. Em algumas de suas peças teatrais, também podemos perceber traços históricos, como por exemplo na sua famosa peça, *Brutus*,

que se passa na Antiguidade no período do Império Romano. Contudo, no período em que ficou exilado na Inglaterra, entre 1726 e 1728, escreveu o livro que o insere na carreira como um historiador, a saber, *Cartas inglesas* ou *Cartas filosóficas*.

Nesta obra, Voltaire dedica muitas dessas cartas para tratar sobre o tema da religião, que para ele era algo muito representativo, ou seja, um dos principais fundamentos no que se refere ao espírito de um povo. Lembremos que o cerne de suas críticas à Igreja se dá por conta da intolerância e à ausência de liberdade que faz com que o povo se torne oprimido sem a possibilidade de exercer o seu próprio pensamento. Durante o seu exílio na Inglaterra, Voltaire observou que lá havia uma convivência pacífica entre as religiões dentro dos limites do respeito e da tolerância, bem como a não ingerência delas nas decisões políticas, pois na França o catolicismo ainda intervia na política e na vida cotidiana da população, de maneira que judeus e protestantes ainda não usufruíam de direitos civis. Um outro ponto interessante que vale a pena ser destacado nas *Cartas*, é sobre o tema do comércio que para Voltaire, também é um fator que proporciona a liberdade de um povo, de modo que a partir do momento em que as particularidades nacionais sejam relativizadas, gera-se um espírito de tolerância entre os povos e uma tendência ao cosmopolitismo entre as diversidades culturais (Souza, 2001).

Vimos que Voltaire não simpatizava com a produção historiográfica produzida antes do Renascimento, devido ao apelo às fantasias e às narrativas que ele considerava meros devaneios por conta dos acenos à descrição da vida dos governantes por intermédio de árvores genealógicas travestidas de relatos históricos, memórias, biografias, anedotas da corte, bem como a invocação a aspectos sobrenaturais e a relatos que não condizem com a realidade, ou seja, sem nenhuma importância para a edificação moral ou intelectual dos indivíduos, de maneira que nada daquilo poderia contribuir com o desenvolvimento da civilização; para ele, se alguém quisesse realmente aprender algo sobre a História, deveria se situar na produção criada a partir da segunda metade do século XV. Além de tudo isso, Voltaire não simpatizava com as narrativas de feitos militares que celebravam as guerras como algo a ser reverenciado, o que para ele era algo repugnante, de forma a repudiar a apologia do herói guerreiro. O seu descontentamento com a guerra é tão evidente que no seu *Dicionário filosófico*, ele equipara a guerra à fome e à peste, males que se espalham e abreviam a vida humana. A guerra é algo injustificável em tempos pacíficos, de modo que, para Voltaire, a única justificativa plausível seria a defesa direta de um território atacado sem alguma motivação que seja admissível.

De início, a guerra aparece como uma ação ou empreendimento de interesse nacional. Assim teria sido com os gregos, entre os romanos. Mas hoje em dia, diz Voltaire, não é isso que acontece. As guerras se dão por razões ridículas. Um genealogista diz a um príncipe que ele descende em linha direta de uma determinada família, que tinha pretensões acerca de uma província qualquer. Logo o príncipe e seu conselho decidem ir conquistá-la. Um grande número de homens que não têm nada a perder o seguem, sem mesmo saber direito do que se trata (Souza, 2001, p. 106).

É certo que o exílio na Inglaterra influenciou peremptoriamente o pensamento de Voltaire, sobretudo nos aspectos que se referem à religião, política, economia e filosofia. Para Arouet, o pensamento religioso se estabelece como fundamento principal e o mais determinante de um povo, de modo que a religião influencia totalmente no cenário político e na forma de atuação de um governo, assim como ocorre nos costumes e nas relações sociais de cada comunidade ou nação. Por isso, apesar de Voltaire considerar a religião como uma instituição repleta de superstições, fantasias e milagres, ele não escondeu a sua admiração pelos movimentos religiosos que encontrara na Inglaterra no período do seu exílio, exatamente no que se refere à liberdade e tolerância entre as várias manifestações religiosas; aliás, a sua célebre frase contida na Carta Quinta, considera que os ingleses são felizes porque podem ir para o céu pelo caminho que lhe aprouver (Souza, 2001).

Em relação aos aspectos econômicos e filosóficos, Voltaire entendeu que o livre comércio possui a capacidade de contribuir para o enriquecimento e a liberdade de um povo, incidindo sobre o desenvolvimento cultural, artístico, científico e filosófico, rumo ao progresso da civilização. Logo, podemos perceber que Voltaire apresenta a situação inglesa no que concerne aos cenários religioso, político, econômico e filosófico, como modelo de progresso civilizacional em contraponto com a França, que para o filósofo, ainda não usufruía de plena liberdade religiosa, comercial e política.

Voltaire estabelece um paralelo entre o desenvolvimento das ciências e das artes e progresso da liberdade, mostrando indiretamente que na Inglaterra este desenvolvimento e este progresso são sensíveis, por oposição ao que ocorre na França. Finalmente, deve-se assinalar ainda que a afirmação da superioridade das instituições inglesas em relação às instituições romanas é perfeitamente compatível com uma visão da história segundo a qual, apesar dos tropeços, a humanidade progride, e que por isso os modernos não devem tomar a Antiguidade como modelo (Souza, 2001, p. 102).

A monarquia constitucional inglesa se apresentava como uma referência política no século XVIII, isso porque, na avaliação do período, os monarcas não exerciam o seu poder de forma despótica, mas levavam em consideração os anseios do povo que era representado pelo parlamento, de maneira que de acordo com a concepção tanto dos ingleses como de alguns intelectuais da Ilustração, a população inglesa vivia em um regime em que usufruía de plena

liberdade. Para Voltaire, a Inglaterra era uma espécie de retrato de uma nação que era governada com sabedoria, onde além do príncipe ter o seu poder regulado, também tinha as mãos atadas para fazer o mal, enquanto possuía plenos poderes para fazer o bem, contando com a participação dos seus súditos de forma ordeira. Essa avaliação de Voltaire sobre a monarquia inglesa, parte de uma concepção de que “a liberdade é a ausência de constrangimento para a ação e para o discurso” (Sousa, 2001, p.102), ou seja, o pior despotismo seria aquele exercido sobre o pensamento e a opinião.

De forma completamente antagônica a esse pensamento de Voltaire, sobre a monarquia inglesa, Rousseau discordava completamente dessa opinião, isso porque, na sua visão, o parlamento não representava de fato aos anseios da população, mas o seu próprio interesse, além do mais, Rousseau possui um entendimento diferente acerca da liberdade em relação à compreensão de Voltaire, para o genebrino, a liberdade tem a ver com autonomia ou autodeterminação, isto significa que dentro do campo político a liberdade se estabelece como soberania popular, ou seja, o parlamento inglês continuava a se estabelecer como um despotismo político, porque não representava concretamente a vontade do povo. Por isso, para Rousseau, a liberdade enaltecida pelos ingleses não passava de uma mera ilusão.

O povo inglês pensa ser livre e muito se engana, pois só o é durante a eleição dos membros do parlamento; uma vez estes eleitos, ele é escravo, não é nada. Durante os breves momentos de sua liberdade, o uso que dela faz, mostra que merece perdê-la (Rousseau, 1978b, p. 108).

Ainda sobre sua obra dedicada à História, Voltaire escreve uma série de textos sobre a vida de alguns monarcas de sua admiração, ou seja, exatamente aqueles que ficaram conhecidos como déspotas esclarecidos. Com as obras: *História de Carlo XII da Suécia*, *História de Pedro, o Grande* e *O Século de Luís XIV*; Voltaire nos apresenta, ainda numa concepção de história universal. Para o filósofo, estes monarcas da Suécia, da Rússia e da França, mereciam ter as suas histórias escritas e publicadas devido terem agido com justiça e terem feito bem aos homens, de forma que: o primeiro teria demonstrado ternura pelo seu povo; o segundo demonstrou força para vencer e perdoar e o último foi um exímio protetor das ciências e das artes. De acordo com Voltaire, a vida desses monarcas, contrastam com a memória dos maus príncipes que por não deixarem nenhum tipo de exemplo, não são dignos de serem lembrados (Souza, 2001).

No entanto, poderíamos questionar a interpretação que Voltaire apresenta sobre Carlos XII e Pedro da Rússia em relação ao que ele considerou como grandes feitos desses monarcas, que de acordo com sua análise, poderiam servir de exemplo para outros príncipes.

Primeiramente, é bom lembrarmos que Voltaire era um grande opositor da guerra de modo a considerá-la como algo nefasto, conforme já observamos. Para ele a guerra enfraquece e abrevia a vida da humanidade, além de se espalhar-se como uma doença contagiosa, assim como ocorre com a fome e a peste, no seio da humanidade; a própria Noite de São Bartolomeu, por exemplo, foi um fato que marcou negativamente de forma bastante considerável a sua vida. Porém, ao expor a sua visão sobre Carlos XII e Pedro da Rússia, ele parece ter deixado de lado esse detalhe latente em suas biografias. O primeiro era um guerreiro por excelência, pois a sua trajetória como governante foi posta a serviço da guerra até ser derrotado no final; o segundo, também possuía características guerreiras, mas Voltaire parece ter desconsiderado essa característica para apresentá-lo como um herói civilizador da Rússia, o que seria um equívoco para Rousseau. Para o genebrino, Pedro da Rússia não levou em consideração o período de “juventude” de sua nação submetendo-a, muito antecipadamente, às leis de disciplinas civilizatórias, como se ela já tivesse preparada para tais procedimentos, pois antes de se tornar semelhante à uma Alemanha ou Inglaterra, a Rússia deveria se tornar ela mesma (Souza, 2001). Com efeito, para Rousseau, nenhum desses monarcas admirados por Voltaire, servia de referência de governante, pelo fato de não permitirem que a população viva de fato em liberdade, de forma que exerça a sua soberania; além do mais, esses príncipes são frutos de todo um processo social degenerador que afastou a humanidade de sua própria natureza.

Em relação à figura de Luís XIV, Voltaire o considerou como o protetor das ciências e das artes e dedicou-lhe o século XVII; essas duas atribuições já nos mostra a importância dedicada à esse monarca no ponto de vista do autor do *Ensaio sobre os costumes*. Voltaire foi o criador da expressão “o grande século”, para evidenciar os momentos que considerou como ápice da história da humanidade, ou seja, quatro momentos dos quais também destacou personagens emblemáticos como: Péricles, Demóstenes, Aristóteles, Fídias, Praxíteles, Felipe e Alexandre, na Grécia; Lucrécio, Tito Lívio, Virgílio, Horácio, Ovídio e Augusto, em Roma; o Renascimento, na Itália, devido aos grandes avanços das ciências e das artes e finalmente o século de Luís XIV, na França; sendo que este último teria sido o que mais se aproximou da perfeição.

Voltaire, por sua vez, na descrição do século de Luís XIV, procura ressaltar os elementos que segundo ele operam uma transformação no reino de tal monta, que justificam a sua superioridade em relação às épocas anteriores. Teria havido, por exemplo, apesar do poder absoluto do rei, um aperfeiçoamento das relações entre governos e súditos, por meio da instituição de audiências que poderiam ser solicitadas por qualquer cidadão. De outro lado, o rei ampliou o hospital geral e mandou construir outros em outras regiões; as estradas, antes impraticáveis, foram reformadas; começa a florescer o comércio marítimo; foram criadas várias manufaturas; construíram-se edifícios mais cômodos; inventou-se a carruagem sobre molas. Destaca-se ainda a

construção do Louvre, do Observatório, do canal de Languedoc, dos Invalides, para os soldados velhos ou doentes. Os exércitos foram modernizados (Souza, 2001, p.112).

Como uma das principais personalidades da Ilustração e grande entusiasta de sua época, Voltaire não poderia deixar de eleger alguém como protagonista do Século das luzes, por conseguinte, Frederico da Prússia foi o escolhido como representante daquele que seria o novo “grande século”. Por sinal, o tema do grande século está bastante relacionado com a filosofia da história de Voltaire, isto é, diretamente relacionado com os traços civilizatórios, dos quais ele acreditava serem representados pelos avanços das ciências, das artes, das tecnologias e dos costumes.

É nesse sentido que Frederico da Prússia, poderia ser considerado, segundo Voltaire, a personalidade representativa do século XVIII, por possuir os atributos de um déspota esclarecido, apresentando características de defensor das ciências e das artes, bom governante; além de ser um apreciador da cultura francesa e protetor dos escritores perseguidos. No entanto, após a sua decepção em relação ao reinado de Luís XIV, quando ainda estava na Prússia junto à Frederico, Voltaire escreveu sobre as fragilidades encontradas sob o reinado do Rei Sol, que teve como desfecho: o relato da revogação do Editto de Nantes e a perseguição aos protestantes e aos jansenistas, ou seja, uma espécie de oração fúnebre do século XVII (Souza, 2001). Mas, a contrariedade de Voltaire não foi só em relação aos reinados de Pedro da Rússia e Luís XIV, a sua decepção, também se direcionou ao Frederico da Prússia, que foi de encontro àquilo que era uma das coisas mais abomináveis no seu julgamento, ou seja, a guerra.

Na verdade, Frederico revelou-se belicoso demais: comandava um exército de bárbaros, e os costumes polidos da corte afrancesada de Berlim não refletiam o espírito da nação. Voltaire, portanto, abandonava a ideia do século de Frederico ao mesmo tempo em que pintava o lado obscuro do reinado de Luís XIV (Souza, 2001, p. 117).

Assim, diante do que vimos em relação ao caráter civilizatório da história, na compreensão de Voltaire, que de início apresenta uma grandiosa empolgação referente ao progresso civilizacional da humanidade, parece que aos poucos vai se frustrando devido à própria condição humana, pois de forma paulatina observa os equívocos dos imperadores considerados déspotas esclarecidos, dos quais nutria uma grande admiração. Voltaire acreditava que o curso da civilização dependeria, necessariamente da postura dos homens e mulheres ao longo da história, talvez por isso ele apostava no futuro da humanidade em relação ao progresso civilizatório, na crença de que a raça humana seguindo os ditames da razão, poderia melhorar e transformar o mundo em um lugar melhor para se viver dentro de cada território cultural nas suas mais diversas realidades.

Mas, com o decorrer da história infelizmente não é o que apreciamos em meio a terceira década do século XXI, parece que o Rousseau, até por ironia do destino, realmente estava com a razão. Embora, Voltaire tenha utilizado de sarcasmo em relação aos textos do Genebrino, é bastante provável que ele tenha compreendido muito bem a proposta filosófica elaborada pelo seu contemporâneo, talvez não tenha visto com bons olhos as teses de Rousseau, devido ao próprio contexto do Século das Luzes, ou seja, a atmosfera de empolgação referente ao progresso das ciências e das artes.

A querela entre os dois filósofos, da forma contundente em que se deu, impediu que ambos talvez pudessem ter uma maior aproximação para um diálogo mais frutífero em relação ao momento histórico e cultural em que estavam a vivenciar. Não que eles pudessem mudar de opinião, mas quem sabe pudessem chegar a uma conclusão mais razoável acerca daquela experiência proporcionada pelo advento da razão. O fato é que as críticas apontadas por Voltaire às instituições religiosas e políticas de sua época, bem como a defesa enfática da liberdade e da tolerância, nos faz refletir que Rousseau tinha razão nas críticas lançadas à crença exagerada nas luzes da razão. Logo, para o genebrino, todas as instituições criticadas pelo seu oponente, não existia no estado de natureza, pois estas só vieram a nascer conjuntamente com o surgimento da história, dessa forma, podemos compreender que lá no estado de natureza, defendido por Rousseau, a liberdade era plena, uma vez que sem instituições sociais, o ser humano vagava livre e isolado pela natureza sem que nada o pudesse prender de modo que, nesse sentido, no estado de natureza rousseauiniano também não poderia haver intolerância.

Uma outra questão interessante que poderia tornar frágil perspectiva de Voltaire em relação a pensamento de Rousseau, refere-se à própria concepção histórica do autor das Cartas Inglesas, que embora não seja apenas uma laicização da concepção histórica linear de matriz cristã na perspectiva de Santo Agostinho, devido a essa história está direcionada para o progresso civilizacional no que tange ao desenvolvimento da técnica, das ciências e das artes, bem como a transformação dos aspectos morais da humanidade, por intermédio da razão; poderia ter um fim exitoso desde que a humanidade agisse para não ocorrer um retrocesso.

Em princípio, esta trajetória linear tem uma direção definida, que seria a relação, nas sociedades humanas, dos valores estabelecidos pela razão. Trata-se, portanto, de uma visão intelectualista e cultural da história humana. Contudo, não há de antemão nenhuma garantia de que esta trajetória se realize de maneira regular, muito menos de que os fins racionais sejam necessariamente atingidos. As recaídas na barbárie sempre podem acontecer. Depende da ação dos homens, e sobretudo dos filósofos e letrados, impedir estas recaídas e contribuir para que os fins estabelecidos pela razão se concretizem (Souza, 2001, p. 114).

No entanto, a história tem nos mostrado que nem os filósofos e nem os letrados, conseguiram impedir que as recaídas acontecessem, sobretudo aquelas relacionadas às virtudes morais, isso porque a queda está intrinsecamente ligada à própria razão, ou seja, na forma como ela se desenvolveu com o surgimento da sociedade. No estado de natureza defendido por Rousseau, não havia necessidade de filósofos e letrados, e nem a perspectiva de que a salvação da humanidade estaria em suas próprias mãos, até porque não existia a possibilidade de retorno à barbárie, pois esta ainda não existia, só aparecerá com o alvorecer da razão já no estado de sociedade. Talvez, Voltaire tenha sido “vítima” de seu próprio entusiasmo de forma que as luzes da razão tenham ofuscado à sua vista, o impedindo de enxergar algumas verdades apontadas pelo genebrino. É provável que essa euforia pelo progresso da civilização tenha sido fruto do amor-próprio, aquele sentimento de comparação que impulsiona alguns vícios humanos como, a vaidade, a arrogância, a autossuficiência e o egoísmo, que tendem a afastar as pessoas da verdade, e os filósofos da Ilustração não estavam de nenhuma maneira imunes a estes vícios.

Em meio a um contexto de degeneração moral, nenhum ser humano poderia escapar incólume às consequências do desenvolvimento das ciências e das artes, e principalmente os intelectuais, filósofos e letrados, por estarem muito mais suscetíveis a estes males devido ao distanciamento com a natureza, foi o que também ocorreu com Voltaire. Ao elencar algumas personalidades como marco de alguns dos séculos considerados importantes dentro do percurso histórico da humanidade, Voltaire parece até reconhecer a fragilidade humana referente aos aspectos morais, visto que diante de inúmeros exemplos negativos ao longo da história humana, apenas algumas figuras se destacam nessa longa trajetória, entre avanços e retrocessos.

Ocorre que, mesmos estas personalidades postas em destaque por Arouet, passam bem distantes daquilo que poderia ser considerado um modelo a ser seguido, pois como vimos, os célebres governantes, Carlos XII, Pedro da Rússia, Luís XIV e Frederico da Prússia, apresentaram em suas biografias algumas fragilidades, especialmente aquela que Voltaire considerava uma das mais abomináveis, ou seja, a vocação para a guerra. Talvez, ele até ficasse decepcionado se soubesse que em 1789 aconteceria uma revolução que embora tivesse como principal fundamento a derrubada do despotismo e defendesse a igualdade, liberdade e fraternidade, se desvirtuaria para uma violência generalizada, e uma nova forma autoritária de poder.

Mas, enquanto Voltaire era um profundo crítico da guerra, por outro lado um conterrâneo e contemporâneo seu, acreditava veementemente que a revolução seria a concretização do movimento iniciado na Ilustração. Para este pensador a Revolução Francesa

seria a centelha que faltava para acender a tocha das luzes, de forma mais concreta, ou seja, esse movimento seria a própria prova de fogo da filosofia das Luzes.

Como vimos, enquanto para Voltaire o caráter civilizatório da História estava situado no futuro, de acordo com as práticas dos homens e mulheres na sociedade, especialmente no que tange aos filósofos e letrados, para o filósofo defensor da revolução, a História deveria se situar no presente como um momento elementar de transformação da sociedade e de concretização dos avanços das ciências e das artes proporcionados pelo desenvolvimento da racionalidade no bojo do Século da Luzes, de modo que este progresso da humanidade jamais sofreria nenhum tipo de obstáculo a partir de então.

Percebemos que aqui se trata de um filósofo bastante otimista em relação ao progresso da humanidade em suas mais variadas nuances. Estamos falando de Condorcet, o filósofo revolucionário e otimista que se tornou um dos principais entusiastas da Revolução Francesa, contribuindo antes, durante e depois desse movimento, no afã de libertar, de início, a França do despotismo e de toda a carga herdada do Antigo Regime, e posteriormente libertar a humanidade daquilo que ele chamava de escuridão, visto que seu pensamento era de cunho universal. A seguir veremos o significado do caráter revolucionário da História.

2.1.2 O caráter revolucionário da História

Ao apresentar as perspectivas relacionadas ao caráter revolucionário da História, é claro que estamos tratando do pensamento de uma grande personalidade do Século XVIII, ou seja, estamos nos reportando ao Jean Antoine Nicolas de Caritat, ou simplesmente, Marquês de Condorcet. Ele como uma das figuras mais entusiasmadas com os avanços das ciências e das artes, por intermédio da razão, era um admirador do Século da Luzes como ponto de partida para a evolução humana em todas as suas esferas, acreditando piamente que nada mais poderia barrar esse processo de desenvolvimento, portanto era um grande otimista em relação à humanidade. Para ele, essa renovação não estava no futuro, mas concretamente no presente, por isso ele reivindicava o comprometimento dos filósofos e homens de letras que colocassem as mãos à obra para a execução de uma transformação radical que perpassasse não só pela alma humana, mas também pela realidade política e social em que viviam.

Seu espírito revolucionário e de militante faz com que ele atue, logo cedo, na política de seu país, muito antes da tomada da Bastilha, Condorcet já atuava na militância, de maneira que em 1777 já atuava no período do ministério de Turgot; com o anúncio da Conversão dos Estados Gerais, em 1788 ele torna-se membro da comuna de Paris, inscreve-se no clube dos jacobinos, ajuda a fundar a “Sociedade de 1789”, onde dirige um jornal revolucionário e auxilia

outros da mesma espécie, nesse mesmo período declara a sua opção pela república. Nesse momento se elege como deputado da Assembleia Legislativa e após a queda do rei, torna-se deputado da Convenção Nacional. O momento era crucial para as novas deliberações pós-período revolucionário. Ao ajudar a redigir um projeto de constituição que fora apresentado à Convenção de Fevereiro de 1793, após um amplo processo de discussão e amplos debates, contando com a participação de nove membros escolhidos por votos, Condorcet ver o texto que ajudou a construir ser reprovado na Convenção, enquanto um outro texto feito às pressas contando com apenas seis membros indicados, sem passar pelo processo eleitoral, vence na Convenção. Enfurecido, Condorcet faz uma denúncia por intermédio de um panfleto onde ele alerta a sociedade francesa de que o texto aprovado na Convenção se tratava de uma armadilha que poderia levar a França a uma ditadura. Ao comparar o seu projeto derrotado na Convenção com o vitorioso, ele avaliou que:

Um destes planos é feito para a nação, o outro para assegurar o poder de uma associação particular. Um tem por finalidade a total igualdade de influência: o que se quis foi que uma igualdade de fato conferisse realidade a uma igualdade de direito; o outro entrega toda a influência às cidades, porque nelas esta mesma associação espera conservar mais poder (Condorcet *apud* Souza, 2001 p.152-153).

A partir de então, Condorcet começa a ser perseguido pelo mesmo sistema que ele ajudou a construir com o movimento revolucionário de 1789. Considerado um fora-da-lei, ele terá que cair na clandestinidade, refugiando-se em Paris, na casa de uma amiga até o dia que deixará o esconderijo, quando será imediatamente preso e morto de forma obscura. Exatamente nesse tempo em que se refugiou, ele escreveu umas das obras mais brilhantes do Século XVIII, a saber, *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, que apesar das circunstâncias, é destacado por um surpreendente otimismo histórico.

Nessa obra carregada de otimismo e esperança, vale enfatizar, Condorcet apresenta a perspectiva histórica do progresso do espírito humano como um fio condutor da história, considerando que esse aperfeiçoamento da humanidade não poderia mais sofrer interrupções a não ser se ocorresse uma catástrofe no mundo. Sua personalidade otimista há tempos trazia consigo a vontade de produzir algo nesse sentido, de forma que algumas tentativas como, um texto sobre a invenção da imprensa, outro sobre o desenvolvimento das ciências e ainda um texto que trataria da história da Academia de ciências de Paris, mas ficaram apenas no projeto. A obra mesmo que vingou foi o *Esboço*, que justamente por se tratar de uma temática que versa sobre a esperança na humanidade, nos chama muito a atenção em que o livro foi escrito. De acordo com Maria das Graças de Souza, o *Esboço*:

Trata-se da afirmação da superioridade do presente em relação às épocas do passado. Pela primeira vez, diz Condorcet, os sistemas gerais dos conhecimentos humanos foram desenvolvidos, o método de descobrir a verdade tornou-se uma arte que se pode aprender, a razão enfim encontrou seu caminho. O gênero humano não cairá mais na obscuridade. Não está mais em poder de homem algum apagar esta chama. O século é, portanto, uma época feliz na qual a razão saiu vitoriosa na luta contra a ignorância. Os séculos seguintes só lhe acrescentarão novas luzes, e o progresso só terminará com o mundo. Seu limite é a duração do universo (Souza, 2001, p. 154-155).

Obviamente que Rousseau não concordaria com essas afirmações de Condorcet, ao elaborar o conceito de perfectibilidade que atribui à espécie humana o contínuo e progressivo desenvolvimento de suas capacidades racionais, o genebrino aponta essa característica essencialmente humana como um processo contrário ao de Condorcet, pois sabemos que para o autor do *Discurso Sobre o Fundamento da Desigualdade entre os Homens*, a história da humanidade é marcada pela queda, ou seja, pela degeneração moral, de maneira que essa transformação ocorre apenas no estado de sociedade e não no estado de natureza. Condorcet utiliza do mesmo conceito de perfectibilidade, mas contrapondo-se ao pensamento de Rousseau, para o autor do *Esboço* o ser humano é categoricamente perfectível e o seu melhoramento é completamente demonstrado pela sua trajetória histórica no mundo, caberia apenas ao homem seguir dando continuidade a esse processo, pois para Condorcet não há nada que possa impedir o homem de aperfeiçoar-se. Nesse sentido, caberá aos filósofos e homens de letras, agirem para garantir esse progresso constante, além de torná-lo mais acelerado e intenso.

O Marquês de Condorcet parece alfinetar o genebrino estabelecendo uma crítica às ideias contidas nos seus dois discursos, afirmando que tais argumentos estariam sujeitos a erros por estarem baseadas em uma falsa aplicação da história de maneira que a virtude sempre teve ao lado do progresso das luzes, assim como o avanço da corrupção acompanham a decadência (Souza, 2001). Além do mais, os possíveis erros existentes na trajetória dos povos antigos como os gregos, por exemplo, foram paulatinamente amenizados e superados com advento das luzes de forma que numa escala evolutiva, sempre haverá um progresso de um povo posterior em relação ao anterior, referindo-se ao tempo. Assim, o alvorecer das ciências e das artes vão destruindo ou temperando os erros dos séculos anteriores considerados mais grosseiros.

No que se refere à organização do *Esboço*, o livro apresenta como uma de suas características o caráter universal da humanidade, semelhante à Rousseau nos discursos, porém com um viés antagônico, como já sabemos. A obra está dividida em dez partes que Condorcet chamou de dez épocas, onde ele apresenta a trajetória que inicia, de forma hipotética, com o princípio da história da humanidade até à Revolução Francesa, que era o seu momento presente. Esse percurso vai da primeira à nona época, haja vista que a décima época é destinada a narrar

os progressos que acontecerão no futuro da humanidade, pós-revolução. Explicando de maneira um pouco mais detalhada a organização do *Esboço*, a primeira época aborda sobre os primeiros bandos, a segunda época sobre os povos pastores e a terceira época trata dos povos agricultores. Embora, esse relato das três primeiras épocas pareça inicialmente um tanto poético, se comparado a algo mais científico, Condorcet nos alerta que esse período só poderia ser descrito pelas faculdades intelectuais e tomando como base a constituição física dos humanos.

O conteúdo narrado nessas três primeiras épocas, faz uma abordagem sintética sobre a primeira formação da sociedade, o desenvolvimento das faculdades intelectuais e morais da humanidade, enfatizando que essa evolução ocorreu de forma bastante lenta, por intermédio de uma transmissão da memória coletiva para os descendentes. Condorcet se opõe a existência de uma idade de ouro, conforme a tradição herdada dos gregos acreditava, até porque a sua ideia pautada na perfectibilidade humana não permitia acreditar na existência de um povo mais evoluído e feliz do que os seus contemporâneos, o que seria uma contradição no seu pensamento filosófico (Souza, 2001). Ainda nas primeiras épocas da humanidade, mais precisamente na época dos bandos, Condorcet aponta o surgimento de uma divisão de classes entre os povos, ou seja, uma que ensinava e outra que recebia os ensinamentos. Uma estava representada pelos primeiros sacerdotes, a quem ele chamava de charlatãs, e a outra era representada pelo povo que seria enganado pela primeira classe. Segundo a interpretação do filósofo, ele atribui que:

Esta separação da espécie humana em duas porções; uma destinada a ensinar, e outra a crer; uma escondendo orgulhosamente o que se vangloria em saber, a outra recebendo com respeito o que se lhe dignavam a revelar; uma querendo elevar-se acima da razão, a outra renunciando humildemente à sua, e se rebaixando para aquém da humanidade, reconhecendo em outros homens as prerrogativas à sua natureza comum. Esta distinção, cujos restos nos são oferecidos pelos nossos padres no fim do século XVIII, encontra-se também nos selvagens menos civilizados, que também já têm seus charlatões e feiticeiros (Condorcet *apud* Souza, 2001, p. 159).

Vimos que para Condorcet, seguindo a atmosfera anticlerical da Ilustração, há uma comparação da classe daqueles que ensinavam, considerados os primeiros sacerdotes na época dos bandos, aos padres da modernidade os concebendo também como charlatões. Esse processo de crescimento dessa classe continuou em crescimento tornando-se mais regular na época dos povos pastores, e consolidando-se enquanto superstição na época dos povos agricultores, numa escala até chegar à modernidade, como bem frisou Condorcet. Para ele, a religião nasce na perspectiva de domínio do ser humano, aliás ele a compreende como o primeiro mecanismo de dominação entre os homens, ou seja, como se a religião já trouxesse em sua origem o germe do mal. Certamente Condorcet concebe essa ideia por conta do sentimento anticlerical cultivado

pelos filósofos da Ilustração, bem como a visão negativa do período medieval o qual também considerou como um momento de trevas na história da humanidade. Essa forma de conceber a dominação de um homem sobre outro, originada pela religião, difere totalmente da forma como Rousseau considerou o surgimento da dominação entre os homens, para o genebrino o predomínio da subjugação entre os homens se inicia com o surgimento da propriedade privada que promoveu a desigualdade que é para ele a raiz de todo o mal. Para Rousseau, a religião não teve nenhuma relevância entre a divisão dos homens entre as classes dos ricos e a dos pobres, até porque antes do surgimento da propriedade privada, ninguém poderia ter nada a perder ao ponto de se deixar ser se submeter a outro, pois não havia necessidade.

Para Rousseau, o primeiro passo para a instituição da desigualdade é o estabelecimento da propriedade, que divide os homens em ricos e pobres. Todas as outras desigualdades, e sobretudo a política, terão sua origem nesta divisão. Para Condorcet, o primeiro domínio de um homem sobre outro se dá sobre o espírito: a posse, ou a aparência da posse de um conhecimento ou saber exclusivo por parte dos dominadores. A servidão tem como sua primeira origem a ignorância (Souza, 2001, p.160).

Em relação às três primeiras épocas, de acordo com o *Esboço*, podemos perceber que já havia uma existência de um convívio social entre as pessoas, de modo que na época dos bandos já havia a ligação afetiva familiar, a existência da linguagem, o canto e da dança; na época dos povos pastores surgem a hospitalidade, a benevolência e a compaixão, gerando os costumes e tradições que servem de base para a elaboração das primeiras regras de jurisprudência; na época dos povos agricultores nasce o desenvolvimento das técnicas de construção de armas, utensílios, tecelagem, cerâmica, metalurgia e agricultura; ou seja, para Condorcet o homem já é um ser social desde o início da sua história, o que vai na contramão do pensamento rousseauiano. Para Condorcet, o alto grau de civilização do qual os antigos atingiram, não foi o suficiente para o melhoramento daquelas sociedades, isso porque a desigualdade de acesso aos conhecimentos dominados apenas pelas classes sacerdotais, impediram que as luzes brilhassem naquelas três primeiras épocas da humanidade. Os períodos posteriores seguirão sofrendo influência religiosa ocasionando a ruína das próximas civilizações da história, segundo a análise de Condorcet.

As épocas seguintes, das quais Condorcet relata no seu livro, apresentam os períodos históricos referentes aos gregos, aos romanos e a ascensão do cristianismo junto com queda do Império Romano. A quarta época situada pela civilização grega, o filósofo revolucionário tece alguns elogios cheios de cautela, reconhecendo apenas os avanços políticos dos gregos, principalmente no que se refere à república enquanto organização das *polis*, porém reconhece

as suas fragilidades apontando que a religião foi uma das causadoras de sua ruína, ao ponto de as classes sacerdotais imporem o controle e estabelecer perseguições, inclusive ele cita a morte do filósofo Sócrates, como vítima da religião. Apesar de reconhecer a importância da organização republicana nas cidades-estados gregas, Condorcet não a admite como inspiração para a república moderna, devido ao fato da existência da escravidão nos territórios gregos, algo abominável para alguém imbuído dos valores do Século das luzes.

A civilização romana seguiria na mesma esteira da civilização grega, exceto no que se refere a elaboração do direito, enquanto ciência da legislação, porém o problema é que as leis romanas seriam interpretadas por uma classe tirânica de juristas que oprimia a população das classes mais subalternas daquela sociedade. Mas, o problema se resvala novamente na religião; não nas religiões nacionais do império, que apesar de herdar grande influência dos gregos, possuía uma complexidade bastante peculiar. O grande problema para os romanos foi a introdução do cristianismo dentro do império, o que para o autor do *Esboço* foi a principal razão de sua decadência. De acordo com a análise Condorcetiana ocorreu que:

Quanto mais o império se enfraquecia, mais esta religião fazia progressos rápidos. O aviltamento dos antigos conquistadores do mundo estendia-se sobre seus deuses, que, depois de ter presidido às suas vitórias tornaram-se testemunhas impotentes de suas derrotas. O espírito da nova seita covinha melhor a estes tempos de decadência e infortúnios (Condorcet *apud* Souza, 2001, p. 165).

A sexta época é marcada pela dominação do cristianismo e o triunfo da Igreja Católica sobre praticamente todas as esferas culturais do Ocidente, considerado por Condorcet como o período catastrófico da história da humanidade, ou seja, uma etapa de trevas para os homens, conforme a visão dos filósofos da Ilustração. Como já percebemos nas reflexões contidas no *Esboço*, desde a primeira época da trajetória humana, a religião representada pela dominação sacerdotal, é uma das raízes do mal na história dos seres humanos, de forma que só as luzes da razão poderiam dissipar essas trevas e trazer à tona o brilho da sabedoria proporcionado pelo advento das ciências e das artes.

Uma das principais críticas de Condorcet à Igreja se refere ao que ele considerava como o desprezo pelas ciências por considerar que o cultivo da razão seria uma ameaça aos propósitos de dominação do clero, que utilizava de milagres, curas e exorcismos, bem como a venda de indulgências e relíquias para ludibriar o povo. No entanto, apesar destas severas críticas, lembremos que Condorcet era um defensor da perfectibilidade humana, de forma que apesar da avaliação radical sobre o período medieval, os tempos passados não podem ser superiores ao tempo presente, a escala de desenvolvimento humano é sempre crescente. Não sabemos ao certo,

mas é provável que ele tenha encontrado, de alguma forma, mesmo naquele momento considerado de trevas, algumas bases para a retomada do renascimento da razão. As sétima e oitava épocas retratarão sobre esse momento de resgate da racionalidade do gênero humano a possibilitar o surgimento da Renascença, que foi um longo e profícuo tempo de efervescência intelectual que serviu de preparação para o famoso século de Descartes (Souza, 2001).

A Idade Média tão criticada pelos intelectuais da Ilustração, nos deixou um grandioso legado que embora não tenha recebido o devido reconhecimento durante o Século XVIII, na nossa contemporaneidade atribuímos muitos valores tanto em termos filosóficos como artísticos. O próprio Condorcet considerou que mesmo em tempos de ignorância sempre se sobressai algum espírito iluminado que mesmo de maneira discreta se propõe a encontrar a verdade, de modo que é possível que figuras como essas, tenham contribuído de alguma forma para o surgimento do Renascimento. Mesmo que atrelada a uma metafísica ainda herdada dos medievos, bem como a produção filosófica sistemática, a Renascença desponta na história como um momento extremamente frutífero nos campos filosófico, científico e artístico. Assim as sétima e oitava épocas contidas no *Esboço*, são as etapas da história onde o ser humano retoma a os seus direitos e a sua liberdade que antes tinham sido aviltadas pelo espírito religioso e sacerdotal, demasiadamente criticado por Condorcet já desde a primeira época da humanidade.

A Renascença presenteia a história com personalidades imponentes nas mais variadas áreas da cultura como: Leonardo da Vinci, Michelangelo Buonarroti, no campo das artes; Willian Shakpeare e Dante Alighieri, na Literatura; Galileu Galilei e Johannes Kepler, na Matemática e Isaac Newton, Francis Bacon, Giordano Bruno, Nicolau Copérnico e René Descartes, na Filosofia. Além de grandes acontecimentos marcantes que marcaram a história como: o surgimento da imprensa, as invenções da bússola e da pólvora, as Grandes Navegações e as Cruzadas. A partir de então os alicerces estariam formados para uma nova era de profundas transformações na história da humanidade que aconteceriam na nona época.

Após os grandes avanços ocorridos no longo período renascentista, a nona época apresentada no *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, seria o momento ápice da história, até então, mesmo por ser o tempo presente de Condorcet. A etapa inicia com Descartes e conclui-se com a Revolução Francesa que, diga-se de passagem, é o grande marco considerado como o principal ponto de partida para o progresso ininterrupto da história, por intermédio da razão, segundo à visão condorcetiana. De acordo com a sua ideia de perfectibilidade a nona época estaria á frente das demais, representada pelo movimento da Ilustração, e seria o momento crucial de preparação para a próxima época que seria o tempo de colheita dos frutos semeados pelas luzes da razão, ou seja, a décima época deveria ser o apogeu

da história da humanidade. Apesar dos inúmeros avanços ocorridos na Renascença, aquele período ainda trazia consigo alguns resquícios da Idade Média, no que se refere á metafísica dogmática, o espectro religioso, a sistemacidade filosófica e tirania dos governos absolutistas. Doravante, a Ilustração dissiparia toda escuridão ainda existente, e libertaria definitivamente a humanidade das correntes que ainda a prendiam para assim, seguir a trajetória conduzida pela razão.

Como já é de nosso conhecimento, Condorcet é o filósofo que aposta no caráter revolucionário da história como uma forma de realmente pôr em prática toda a teoria produzida pela tradição filosófica que jamais havia saído do papel. Sendo assim, ele destaca alguns eventos importantes que aconteceram durante o Século das Luzes, como símbolos de uma real transformação dos rumos históricos. Dentre estes, ele ressalta três acontecimentos relevantes, a saber: a disseminação de um novo pensamento filosófico, a Revolução Americana e Revolução Francesa (Souza, 2001).

O novo pensamento filosófico eleva a razão a um patamar jamais visto na história, difundido na sociedade por intermédio dos mais variados mecanismos culturais da época, como a literatura, o teatro, a música e os próprios textos filosóficos, os ilustrados combateram veementemente a intolerância, a censura e a tirania; foram exímios defensores da liberdade e entusiastas da verdade, chegando a confrontar, em vários momentos com as autoridades eclesiais e governamentais. Certamente um movimento pujante dessa envergadura, logo influenciaria paulatinamente todo o território europeu e atravessaria o Atlântico levando a sua mensagem de libertação. Foi dessa forma que o pensamento iluminista chega na América, influenciando a eclosão da Revolução Americana que foi um dos principais símbolos do século XVIII.

Ora, para Condorcet, o primeiro efeito desta nova filosofia foi a Independência Americana. Foi então que se viu, pela primeira vez, “um grande povo, liberta-se de todas as suas correntes, dar-se a si mesmo a constituição e as leis que julgava mais apropriadas para a sua felicidade”. A Revolução Americana não é apenas a emancipação política de uma colônia britânica, mas o momento histórico no qual os direitos dos homens e dos povos, até agora anunciados apenas nas obras dos filósofos, são de fato proclamados. Ela é também o sinal precursor dos acontecimentos que deveriam em breve abalar a Europa (Souza, 2001, p. 169).

Na esteira da Revolução Americana, os franceses tomam como base tal acontecimento para iniciarem no seu território o movimento que teria a atribuição de libertar a França dos últimos grilhões que ainda a impedia de desenvolver-se plenamente conforme os ditames da razão, proposto pela Ilustração. Na visão de Condorcet, a Revolução Francesa acontece como

um mecanismo de consolidação dos ideais iluministas que reivindicam uma nova era fundamentada na liberdade, na tolerância e no progresso ininterrupto da razão.

O movimento revolucionário dos franceses seria o triunfo das luzes sobre as trevas de forma perene e infindável. O momento era propício, pois a França do final do século XVIII, já havia construído todas as condições suficientes para o enfrentamento dos últimos sustentáculos oriundos do Antigo Regime, representados pelo clero, a monarquia e a nobreza, que ainda oprimiam a população francesa, principalmente as classes camponesas e burguesas. Em comparação com a Revolução Americana, Condorcet considerou que a Revolução Francesa foi mais plena em relação aos seus objetivos, pois distintivamente da revolução anterior, a segunda, apesar de ter sido muito mais extrema, no que se refere à violência, ela conseguiu aproximar-se das classes populares que, de bom grado, aderiram à causa da revolta, por se identificarem com as pautas propostas pelo movimento revolucionário; além do mais, a insurreição que despontou no território francês obteve sucesso ao alcançar os infortúnios que reproduziam o absolutismo, o obscurantismo e a desigualdade. Na visão de Condorcet, a Revolução Francesa ultrapassava as questões meramente locais, alcançando algo muito mais amplo, ou seja, a transformação dos povos. O seu sentimento esperançoso no tocante à história, atribuía à décima época do *Esboço*, um futuro de progresso sucessivo para a humanidade, anunciados pela Revolução Francesa. De acordo com a sua visão promissora referente à décima época, Condorcet afirma que:

Nossas esperanças sobre o estado futuro da espécie humana, podem se reduzir a três pontos importantes: a destruição da desigualdade entre as nações. Os progressos da igualdade no interior de um mesmo povo, enfim, o aperfeiçoamento real do homem (Condorcet *apud* Souza, 2001, p. 171).

É bastante provável que em pleno século XXI, diante de tantas catástrofes produzidas pelo próprio homem, ao observar as análises condorcetianas contidas no *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, a partir de um distanciamento histórico, sejamos levados a encará-lo com uma certa inocência em esperar algo tão extraordinário para a espécie humana. O projeto de aperfeiçoamento real da humanidade parece ter fracassado, assim como as expectativas atribuídas ao Século das Luzes e à Revolução Francesa como ícones do melhoramento da humanidade, pelo menos é a impressão de muitos de nós diante da realidade caótica que observamos. Condorcet como um profundo admirador da Ilustração e um dos principais arquitetos da Revolução Francesa, demonstrou abrir mãos dos seus próprios interesses pessoais em detrimento a um bem muito maior que abarcasse todos os seres humanos, começando pelos seus compatriotas franceses, mas infelizmente acabou sendo uma das vítimas

mais emblemáticas do movimento revolucionário francês de 1789, bem como da empolgação fervorosa dedicada aos ideais da Ilustração. Após ter divulgado um panfleto denominado “Advertência aos franceses sobre a nova constituição”, entrou para clandestinidade e passou a refugiar-se até o momento em que saindo do seu esconderijo sem encontrar nenhum auxílio amigável, na véspera de sua morte encontra-se andando como um perdido pelas matas de barbas longas e aparência maltrapilha, acaba sendo preso apresentando-se para as autoridades como Pierre Simon, e como vimos, no dia seguinte é encontrado morto na sua cela sem que se saiba a verdadeira causa do óbito.

É claro que, dois séculos após Revolução Francesa, o otimismo histórico de Condorcet pode parecer risível, Adorno e Horkheimer, no prefácio da *Dialética do esclarecimento*, assinalem, que, embora, em princípio, a liberdade na sociedade seja inseparável do pensamento esclarecedor, o que a história mostrou é que, se a filosofia, no século XVIII, conseguia triunfar sobre a ignorância e o obscurantismo, apesar das perseguições, sob Napoleão ela já tinha mudado de lado, o positivismo, logo depois, usurpando a herança enciclopedista, associou-se a tudo aquilo contra o qual os filósofos da Luzes haviam lutado. Enfim, o que se vê é que, em vez de entrar num estágio verdadeiramente humano, a humanidade está “se afundando em uma nova espécie de barbárie” (Souza, 2001).

Esta constatação dos filósofos da chamada Teoria Crítica, Adorno e Horkheimer, apresentada por Maria das Graças de Souza, referente ao afundamento da humanidade em uma nova espécie de barbárie, a partir da frustração das consequências da filosofia enciclopedista e da Revolução Francesa, parece se aproximar daquelas expectativas de Jean-Jacques Rousseau em relação ao que seria o futuro da espécie humana referente à sua história. Fica muito claro para o leitor que, a perfectibilidade condorcetiana que se propõe a apresentar o quadro do progresso histórico do espírito humano, vai totalmente na contramão da perfectibilidade cunhada pelo genebrino, que considera que a história da humanidade é a da queda, e esse declínio vai acontecendo justamente no percurso da história, da sociedade e da linguagem, o que jamais aconteceria no estado de natureza devido a inexistência do mal naquela etapa da vida humana.

Embora possamos considerar o admirável otimismo de um homem que mesmo diante do retrocesso do movimento do qual empenhou toda a sua a sua confiança, e que mesmo perseguido e refugiado, conseguiu nutrir a esperança ao ponto de escrever uma das mais belas obras da Ilustração, que de alguma forma pode proporcionar uma série de reflexões sobre a história humana, havemos de convir que Condorcet acabou pagando com a própria vida a defesa intransigente de seus ideais esperançosos de uma nova época para a história humana a partir de suas convicções revolucionárias. Assim, em consonância com Adorno e Horkheimer, a

contraposição de Rousseau aos aspectos civilizacionais e revolucionários da história, faz bastante sentido.

2.1.3 A derrocada das concepções civilizatória e revolucionária da história

Ao falarmos de uma possível derrocada das concepções civilizatória e revolucionária da história, não queremos de nenhuma maneira desconsiderar a relevância das produções filosóficas de Voltaire e Condorcet, que já possuem o valor incontestável no panteão dos grandes pensadores que marcaram a história com a sua imensurável contribuição intelectual. A nossa abordagem vai no sentido de estabelecer uma comparação entre essas concepções e a proposta rousseauniana que apresenta a história como declínio.

Assim como, para Rousseau, tudo degenera na sociedade, essas concepções históricas de civilização e revolução, também degeneraram, pois com o passar dos séculos observamos que ambas as proposições não forneceram os frutos dos quais se propunham, mas em contrapartida a elas, podemos chegar à conclusão de que Rousseau estava coberto de razão, uma vez que os fatos históricos, levando em consideração apenas do Século XVIII para a contemporaneidade, tem comprovado isso. A cada dia que passa, percebemos o quão difícil tem sido a tentativa de se viver em sociedade devido a tantos desafios que se impõem à vida do ser humano e, inclusive ao seu próprio *habitat*. Mas, não queremos aqui fazer uma reflexão anacrônica, pois o Século das Luzes já estava repleto de inúmeros desafios a serem enfrentados que, por si só já, corroboram a perspectiva de Rousseau sobre a história.

É bastante compreensível que Voltaire e Condorcet estivessem bastante envolvidos com aquela atmosfera eufórica de otimismo em relação à história humana, pois aquele era a época de suas vidas, é lógico que sofreriam influência daquele contexto, ainda mais quando se trata de dois intelectuais protagonistas de seu tempo. Mas, também é admirável que em pleno otimismo eufórico do século, Rousseau se coloque na contramão daquela conjuntura de exaltação da razão. A genialidade do genebrino, consiste exatamente em conseguir enxergar aquilo que não parecia óbvio pelos seus contemporâneos que talvez se encontravam com a “visão” ofuscada pelo brilho exacerbado das luzes da razão da ocasião. Embora ele não tenha recebido a devida atenção naquele exato momento, chegando a ser perseguido pelas autoridades e até mesmo pelos seus pares, Rousseau afirmou que escrevia para os leitores da posteridade que talvez o compreenderia melhor, o que realmente possui todo nexo.

O fato de Voltaire e Rousseau terem convivido na mesma época, e de este nutrir por muito tempo uma profunda admiração por aquele, antes de se desentenderem, faz com que possamos imaginar como seria se ambos tivessem estabelecido uma relação harmoniosa, apesar

de reconhecermos que isso seria algo quase impossível para o genebrino devido à sua personalidade um tanto instável. No entanto, seria interessante ver esses dois grandiosos pensadores trocarem algumas ideias de forma pessoal ou por intermédio de textos, que dialogassem de maneira mais próxima, mesmo que deixassem mais latente os seus antagonismos. Certamente, um intelectual da envergadura de Voltaire, teria repertório suficiente para debater com o filósofo de Genebra, assim como ocorreu na querela entre ambos devido à forma como Arouet reagiu ao *Segundo Discurso*.

É muito possível que Voltaire tenha compreendido exatamente aquilo que estava contido no texto de Rousseau, mas seu sarcasmo não permitiu levar a obra com a seriedade devida. Talvez Voltaire tenham sido uma vítima daquilo que Rousseau chamou de amor-próprio, ou seja, sentimento de comparação com outro, originado na sociedade, que faz com que o ser humano sinta a necessidade de receber o reconhecimento de outrem. Voltaire, assim como os seus coetâneos, era um intelectual vaidoso, quando Rousseau surge para o público, já era altamente reconhecido. Essa necessidade de ser constantemente reconhecido, quem sabe, tenha feito Voltaire não acolher devidamente o autor dos discursos, que chega à Paris como uma espécie de forasteiro, e após receber o prêmio da Academia de Dijon, começa a ganhar notoriedade. Aqui exponho apenas hipóteses sobre a relação entre esses pensadores, mas decerto a concepção civilizacional da história não logrou êxito conforme o desejo Voltaireano.

Em relação ao pensamento condorcetiano referente ao aspecto revolucionário, se comparado à concepção rousseuniana da história, também não demonstrou sucesso, ainda que Condorcet, provavelmente tenha falecido acreditando que a Revolução Francesa, seria o baluarte da história, donde a partir de então, nada poderia impedir a razão de seguir o seu curso. Mas, na realidade não foi o que aconteceu, o período pós-revolução foi bastante conturbado em relação à disputa de poder, de modo que além da violência do próprio movimento em si, que fez da guilhotina um instrumento bastante utilizado, os principais líderes do movimento foram mortos pelo novo sistema nascente. O resultado é que mais um tirano sobe ao poder e uma nova classe social ganha força e notoriedade dentro da nova organização social. O certo é que todos esses eventos acontecem dentro de uma sociedade já completamente degenerada pelo próprio progresso da razão conforme a tese de Rousseau; a alma humana já se encontra nesse momento totalmente desfigurada de sua natureza genuína.

Diante dos fatos apresentados alusivo às concepções de Voltaire e Condorcet sobre a história, podemos afirmar que Rousseau estava certo na sua proposição no que concerne à história. Apesar de podermos considerar algumas possíveis aproximações entre os três pensamentos como, a defesa da liberdade, o anticlericalismo e a laicidade; o que mais separa

Rousseau dos demais filósofos, é a sua crítica severa ao progresso. Ao observarmos a concepção de filosofia da história na Ilustração, podemos perceber que o mal, que se origina no nascimento da sociedade, já está completamente atrelado aquele contexto dos enciclopedistas, como se fosse o joio misturado ao trigo.

A despeito do otimismo e empenho dos ilustrados em transformar os rumos da história para o melhor, o que percebemos é que algumas das vivências sociais apresentadas naquela conjuntura já demonstravam sinais de que o mal estava ali, fazendo o seu percurso. O cenário dos enciclopedistas era marcado pelo luxo, a pompa, as conveniências; mas, também pela hipocrisia, a vaidade, a inveja e o ciúme; características de uma sociedade degenerada composta de pessoas que não sabem viver sem o reconhecimento do outro, ou seja, sentem a necessidade de serem notadas e elogiadas o tempo inteiro. Mas, em contrapartida ao cenário dos intelectuais, também existiam um ambiente composto por camponeses e trabalhadores, que distantes da ostentação dos salões, viviam na dificuldade que era fruto da desigualdade social já existente na época.

Ao refletirmos sobre o ponto de vista de Rousseau sobre o progresso da história, podemos considerar que os seus coetâneos tenham exagerado na dose no que concerne ao otimismo depositado na razão. Alguns conceitos bastantes em voga na época, parecem um tanto controversos ao verificarmos daqui do nosso ponto de vista histórico atual. Os ilustrados trataram demasiadamente do tema da humanidade como se o ser humano fosse único, desconsiderando os aspectos ambientais e culturais dos mais variados grupos populacionais espalhados pelo mundo nas mais diversas sociedades.

Outro ponto interessante refere-se ao conceito de civilização que no período da Ilustração era muito utilizado como oposição à natureza ou àquilo que eles consideravam barbárie, ou seja, a ausência de civilização (Souza, 2001). Ocorre que esse conceito, partia de uma visão inteiramente eurocêntrica, visto que naquele tempo os europeus do ocidente, se consideravam como o centro do mundo e o berço da civilização. Essas interpretações conceituais, certamente influenciaram os intelectuais das luzes no que concerne ao otimismo acentuado no que tange à ideia de progresso; o que, possivelmente fez de Voltaire elevar a razão quase a um patamar fanático e Condorcet a acreditar, quase fanaticamente, que o progresso humano seria universal.

Por fim, com a derrocada das concepções civilizacional e revolucionária da história, na compreensão de Voltaire e Condorcet, tal como a constatação de que o mal já seguia o seu percurso naquela concepção filosófica da história na Ilustração, veremos a seguir como o mal

se originou na sociedade promovendo o declínio da história, no entendimento de Jean-Jacques Rousseau.

3 A GENEALOGIA DO MAL: a história como declínio

Chegamos ao momento de refletirmos sobre o pensamento filosófico de uma das figuras mais emblemáticas do Iluminismo, que apesar de demonstrar, em seus escritos, alguns aspectos aparentemente contraditórios, essa impressão começa a cair por terra a partir do instante em que nos dedicamos a uma leitura mais apurada e atenta dos seus textos, pois certamente a sua obra disse muito sobre o seu tempo, bem como no período subsequente, e continua ainda a nos dizer muita coisa sobre a nossa realidade. Estamos falando de Jean-Jacques Rousseau.

Neste capítulo apresentaremos a genealogia do mal e a concepção da História como declínio moral na perspectiva do filósofo genebrino, que na contramão dos seus contemporâneos, segue o caminho oposto em relação ao vislumbre da época em relação a ideia de progresso da civilização. Portanto, o objetivo desta parte do trabalho será o de demonstrar a concepção da História do ante progresso em contraponto ao otimismo dos ilustrados que confiavam piamente no desenvolvimento da sociedade em todos os seus aspectos qualitativos, dentre os quais, destacamos Voltaire e Condorcet. Enquanto aquele apostava no caráter civilizatório da humanidade, este acreditava que a luta revolucionária seria o principal ponto de partida para o desenvolvimento da História para o melhor. Contrariando estas perspectivas, Rousseau defende a ideia de que desenvolvimento das ciências e das artes, originadas na História é o fato desencadeador da degeneração moral da humanidade de forma contínua e sem possibilidade de retorno. Para isso, daremos ênfase à uma reflexão sobre processo de desnaturação da humanidade através da passagem do estado de natureza para o estado histórico, assim como o processo de degeneração da sociedade no que diz respeito à essência *versus* aparência.

3.1 O início da jornada filosófica

O filósofo Jean-Jacques Rousseau nos brindou com uma obra vasta e pujante tratando das mais variadas temáticas como: história, política, educação e arte, expressando de forma bastante sensível o seu modo de pensar a sua realidade naquele contexto da Ilustração. Incompreendido e encarado como contraditório pelos seus contemporâneos, o nosso filósofo se denominava como um homem de paradoxos, constatação que poderia até nos levar a pensar que tal característica seria proposital, ou seja, um estilo de escrita para apresentar, com um toque de ironia, às mazelas originadas pelo avanço das ciências e das artes na sociedade, mas ao mesmo tempo utilizá-las para denunciar o estado de degeneração em que chegou a sociedade, como se a produção oriunda de sua pena fosse uma espécie de remédio preventivo para a humanidade.

Porém, essa empreitada não seria assim tão fácil, pois diante do encantamento proporcionado pela Ilustração, Rousseau foi aquele que se colocou em contraposição dos seus contemporâneos e pagou o ônus ao longo de sua vida por ter escolhido tomar tal postura. Após ter criado um sistema de notação musical, devido à sua grande paixão pela música, apresentou a sua invenção para uma Academia de Ciências, que a rejeitou por achar muito complexa, nesse mesmo período foi convidado pelos enciclopedistas a escrever os verbetes referentes à música. Mas, consideramos que sua carreira filosófica se inicia mesmo com a sua participação no concurso promovido pela Academia de Dijon, a mais renomada de Paris, que apresentou a seguinte questão: O restabelecimento das ciências e das artes terá contribuído para aprimorar os costumes? Esse texto escrito em forma de um belo e instigante discurso, venceu o prêmio dessa ilustre instituição e lançou o seu autor no rol da fama e ao mesmo tempo foi o responsável pelo início de seu suplício conforme ele mesmo considerou:

Que será a celebridade? Eis a obra infeliz a que devo a minha. É certo que essa peça, que me valeu um prêmio e me deu um nome, será, no máximo, medíocre e, ousou acrescentar, uma das menores deste repositório. Que abismos de misérias não teria evitado ou autor, se esta primeira obra tivesse sido recebida como o merecia! Mas era preciso que um favor inicial injusto me trouxesse, aos poucos, uma severidade que ainda é mais injusta (Rousseau, 1978c, p. 330).

Apesar de seu Primeiro Discurso ter sido o vencedor do prêmio, as suas ideias não foram bem aceitas, ou, provavelmente, incompreendidas pelos intelectuais da época; recebendo diversas objeções a respeito da análise crítica que Rousseau fez sobre o papel das ciências e as artes no que se refere ao aprimoramento dos costumes. Diante das críticas de seus interlocutores ao seu posicionamento no *Discurso*, Jean-Jacques fez questão de respondê-las a cada um de seus opositores na perspectiva de esclarecer de forma minuciosa e argumentativa o seu ponto de vista sobre aquele contexto histórico. O certo é que naquela atmosfera otimista da Ilustração, referente à crença no poderio da razão na perspectiva de solução dos problemas da humanidade, o texto de Rousseau chocou a confraria dos enciclopedistas que passa a vê-lo como uma espécie de traidor do movimento em voga.

É bastante provável que até mesmo à Academia de Dijon, tenha se surpreendido com a resposta negativa do genebrino para a questão proposta, pois certamente seria muito mais fácil, de acordo com o contexto, escrever um texto que tecesse os mais belos elogios às ciências e as artes no sentido de enaltecê-las conforme o espírito da época. Porém, o nosso filósofo optou pelo contraditório, ou seja, navegar contra a maré dos enciclopedistas, de modo a apresentar já no Primeiro Discurso, uma profunda preocupação com o percurso traçado pela humanidade

concernente à moral; aliás, o tema da virtude é algo recorrente em toda a sua obra filosófica, e muito provavelmente tenha passado despercebido pelos seus contemporâneos da Ilustração.

Apesar dos paradoxos e da assistemacidade de sua obra, Rousseau segue uma coerência em seus escritos como uma espécie de fio condutor que guia os seus textos, esta coerência esta pautada numa profunda preocupação com a humanidade relacionada à virtude, conforme já apontamos. É possível que a questão moral e política seja o Norte de toda a sua filosofia tão incompreendida em sua época. Em relação a estes princípios norteadores de seu pensamento, o genebrino escreve ao arcebispo de Paris, que havia proibido a publicação de suas obras na França, dizendo o seguinte:

Escrevi sobre diversos assuntos, mas sempre nos mesmos princípios: sempre a mesma moral, a mesma crença, as mesmas máximas e, se quiserem, as mesmas opiniões. No entanto, foram formulados juízos opostos sobre meus livros, ou antes, sobre o autor de meus livros; porque me julgaram a partir das matérias de que tratei bem mais do que a partir dos meus sentimentos (Rousseau *apud* Fortes, 2004, p. 76).

Esse julgamento de seus pares ao qual Rousseau se refere, fez com que seus livros fossem condenados, queimados e proibidos de serem publicados, além das perseguições pessoais que o fizeram viver como um fugitivo ao longo de sua vida. De fato, Rousseau foi considerado um subversivo e alguém perigoso para a sociedade de sua época. Embora Rousseau fosse acometido por uma mania de perseguição, é compreensível que ele se sentisse dessa forma devido ao alto grau de ataques às suas obras e, mesmo, à sua pessoa.

Conforme à sua própria previsão referente aos seus escritos, da qual afirmava que ele escrevia para a posteridade, é rigorosamente verdadeiro afirmar que a sua obra passa a ser melhor compreendida a partir do século XX com diversos estudiosos dedicados a dessecarem o conteúdo de sua filosofia devido ao valor histórico e atual das questões levantadas pelo genebrino, que por vezes parecem até fazer mais sentido para a contemporaneidade do que para o seu próprio tempo, pois de acordo com a realidade desafiadora que acompanhamos neste início da terceira década do século XXI, sua obra continua plenamente importante e atual para refletirmos sobre as questões que preocupam a humanidade, oriundas não apenas do seu afastamento da natureza, mas sobretudo relativo ao ataque que os seres humanos estão fazendo sobre ela, disfarçado de uma ideia de progresso que na verdade tem muito mais a ver com a ganância, a ambição, o egoísmo e a maldade frutos de um processo histórico e cultural de acordo com a discussão já levantada por Rousseau no Século das luzes.

É impressionante que passados mais de dois séculos e meio de publicação do *Primeiro Discurso* de Jean-Jacques Rousseau, o mesmo texto continua tendo grande relevância para os

nossos dias, e suscitando reflexões para as questões urgentes e desafiadoras que preocupam a humanidade, o mesmo ocorre com o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, publicado em 1755 conhecido, também, como *Segundo Discurso*. Este, assim como o Primeiro, participou do concurso da Academia de Dijon, que nessa edição apresentou a seguinte questão: Qual é a origem da desigualdade entre os homens, e é ela autorizada pela lei natural? Dessa vez o discurso não recebeu a premiação, mas não deixou de receber ataques e críticas severas de seus interlocutores, assim como aconteceu com o *Primeiro Discurso*. Mais uma vez, Rousseau sentiu-se impelido a apresentar suas argumentações direcionadas àqueles que insistiam em não compreender o cerne de sua análise sobre o percurso da história da humanidade em relação ao seu afastamento da natureza; certamente, há de se considerar a difícil tarefa do genebrino em estabelecer diálogo amistoso com seus antagonistas devido à própria característica peculiar do século XVIII, alusivo ao encantamento dos intelectuais da época no tocante à razão.

Após ter recebido fama e notoriedade com a publicação do *Primeiro Discurso*, onde o genebrino expressou de forma inicial, as suas ideias acerca da história da sociedade, já manifestando os malefícios gerados pelo advento da ciências e das artes, relacionado à degeneração moral dos homens, tema este que seguirá como fio condutor de toda a sua obra, Rousseau desenvolveu no seu *Segundo Discurso*, de maneira mais profunda e instrumentalizada, todo um percurso minucioso, valendo-se de uma análise conjectural, de como se deu essa passagem do estado de natureza para o estado de sociedade. Embora Rousseau tenha utilizado de uma concepção hipotética, o filósofo não poupou esforços para implementar uma intensa pesquisa bibliográfica nos grandes clássicos da História, com o objetivo de fundamentar as suas argumentações, de forma que podemos compreender que, embora análise rousseauiana atinente à história da humanidade utilize-se de uma construção conjectural, não significa que sua formulação não seja científica; aliás, o próprio antropólogo Claude Lévi-Strauss o considera como o fundador da Antropologia ao afirmar que o *Segundo Discurso* seria a primeira obra de “etnologia” de que se tem notícia na história (Lévi-Strauss, 1976).

3.2 O processo de desnaturação da humanidade: a passagem do estado de natureza para o estado histórico

O estado de natureza era a fase em que a humanidade se encontrava o mais próximo possível da perfeição, no sentido de não haver nessa etapa inicial da vida humana sobre a Terra, nenhum tipo de artificialidade que pudesse macular a sua alma, pois segundo Rousseau: “Tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem (Rousseau,

1979, p. 9). A natureza enquanto obra divina, sai das mãos do seu Criador como algo original e inalterado; ora, o homem também é obra da natureza, logo, podemos compreender que ele é um ser genuinamente puro e sem corrupção. Ocorre que ao sair das mãos do Autor de todas as coisas, o ser humano inicia um processo, longo e paulatino, de degeneração, de forma irreversível, de maneira contínua e ininterrupta. Isso acontece devido ao que Rousseau chamou de perfectibilidade, ou seja, uma das faculdades primordiais da espécie humana que consiste no desenvolvimento de todas as suas capacidades potenciais ao longo da vida e da existência da espécie, conforme descrito no *Segundo Discurso*, como veremos de forma mais detalhada adiante.

No *Discurso sobre o fundamento da desigualdade entre os homens*, Rousseau apresentou de forma conjectural uma história natural do homem, considerando-o desde a origem da espécie, ou seja, o próprio estado de natureza, até a passagem da humanidade do estado de natureza histórico para a civilização. Nesse momento o homem inicia um processo de desnaturação, a partir do momento que começa a fazer a comparação de si com os seus semelhantes, ou seja, o amor de si e a piedade se degeneram e transformam-se em amor-próprio. A partir do momento em que o homem sai estado de natureza e começa a fazer uso de sua razão, inicia o processo de mudança do estágio natural para civilidade, a partir de então a diferença de homem para homem é maior do que a de animal para animal, pois, o homem se distingue dos outros animais porque se reconhece livre, pois consegue resistir ao mandato da natureza (Rousseau, 1978a).

A faculdade de aperfeiçoar-se é outro aspecto, ainda mais específico, que o homem desenvolve sucessivamente e reside tanto na espécie quanto no indivíduo, isto é, a sua perfectibilidade, faculdade distintiva e quase ilimitada, que, para Rousseau, é a fonte de todas as infelicidades dos humanos, pois o tira de sua condição originária, isto é, o estado de plena natureza, fazendo com que surjam, por força do tempo, seus vícios e suas virtudes, tornando-o tirano de si e da natureza. Segundo o genebrino as paixões aperfeiçoam a razão que, por sua vez, são suscitadas pelas necessidades. No homem natural, suas paixões são limitadas, pois estas não ultrapassam a satisfação de suas necessidades físicas, ou seja, o desejo de alimentar-se, o de reproduzir-se e o de repouso; a dor e a fome são os únicos males que teme. No entanto, o conhecimento da morte é uma das primeiras aquisições que o homem faz quando se afastou da sua condição animal, pois no estado de natureza vivendo em um constante presente, sem nenhuma expectativa ou planejamento para o futuro, o homem desconhecia a existência da morte, logo não poderia temê-la.

Para Rousseau a piedade é uma virtude natural e universal, que precede o uso da razão, ela a chamou de movimento puro da natureza, pois serve de apoio para a razão. A piedade é um sentimento natural que, com a atividade do amor de si em cada indivíduo, concorre para a conservação da espécie. Portanto, a transformação desse sentimento natural inicia no processo de comparação com seu semelhante, configurando a passagem do amor de si para o amor-próprio, como já apresentamos. Logo, podemos compreender que o progresso das luzes se relaciona intrinsecamente com a referida saída do homem do seu estado selvagem, pois fica claro que este ato já se subteme o aumento, em certo grau, de luzes no homem selvagem, como apresentaremos adiante.

Ainda de acordo com o genebrino, a desigualdade é praticamente nula no estado de natureza. A maioria das desigualdades resulta, a saber, do hábito e da educação e, conseqüentemente, da sociedade. As desigualdades naturais, antes fracas e insignificantes, são multiplicadas pela sociedade, que de um lado, alimenta os desejos e, de outro, favorece a cultura. Assim, Rousseau percebe o avanço do progresso como um processo de degeneração moral da humanidade no estágio civilizatório, de maneira que ocorre um estranhamento de sua própria natureza, ou seja, o ocultamento de seu ser, conduzindo os seres para relações baseadas na mera aparência.

Diante das informações expostas até aqui, já temos a posse do conhecimento de que o homem, em conformidade com pensamento Rousseauísta, é um ser genuinamente natural sem possuir nenhuma espécie de maldade em seu coração, assim como também não possuía nenhuma espécie de bondade, pois o estado de natureza é totalmente desprovido de moralidade; lembremos que nesta fase ainda não havia sido desenvolvida a racionalidade que é a raiz da moral. A bondade natural da qual muitos autores se referem, tem muito mais a ver com a ausência do mal na alma do homem naquele estado, ou até mesmo pelo fato dele ter saído das mãos do Criador que bondoso em si, faz tudo perfeito. Sendo assim, no estado de natureza o ser humano vivia em plena sintonia com o seu ambiente, andando pelas matas de forma errante, solitária e livre; sem possuir nenhum tipo de necessidade, ou seja, aparatos artificiais, pois tudo o que realmente precisava para viver estava ali à sua disposição diante de si; a alimentação, a água, a sombra para o repouso e a atividade sexual. Essa vivência inicial integralmente harmoniosa fez com que o ser humano se basta a si mesmo.

Outro ponto interessante a ser considerado no *Segundo Discurso*, é que no estado de natureza rousseauiano a desigualdade, como a conhecemos hoje, era algo inexistente, uma vez que todos os homens e todas as mulheres viviam praticamente da mesma forma a desfrutar da mesma harmonia com o ambiente; a única forma de desigualdade concebida por Rousseau, no

estado de natureza, relaciona-se com a condição física de cada sujeito, haja vista que esta já é de cunho natural, como por exemplo: a diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma. A outra forma de desigualdade da qual Rousseau denominou de desigualdade moral ou política, só aparecerá com o surgimento da sociedade de forma convencional e consentida pelos homens. “Esta consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, como o serem mais ricos, mais poderosos e homenageados do que estes, ou ainda por fazerem-se obedecer por eles” (Rousseau, 1978a, p. 235).

Na primeira parte do *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, Rousseau restabelece a imagem do homem natural a examinar três aspectos de sua composição integral, dos pontos de vistas: físico, metafísico e moral. O primeiro refere-se aos fatores corporais e motores direcionados à sua sobrevivência; o segundo relaciona-se aos enfoques subjetivos, ou seja, daqueles atributos que, por intermédio da perfectibilidade, se transformarão em racionalidade; e por último, os fatores direcionados aos enfoques relacionados à sua conduta diante dos seus semelhantes, isto é, aquilo que virá a ser a moralidade. Esses três aspectos do homem em estado de natureza, são apresentados por Rousseau com o objetivo de retratar como seria o ser humano naquele estágio, do mesmo modo que serviria de demonstração da maneira de como essa transformação humana se iniciou, ocasionando a desigualdade, que para o genebrino, é a própria representação do mal.

Do ponto de vista físico, Rousseau supunha que o homem em estado de natureza possuía a anatomia semelhante aos homens da modernidade, isto é, “andando sobre dois pés, utilizando as suas mãos como o fazemos com as nossas, levando seu olhar a toda natureza e medindo com os olhos a vasta extensão do céu” (Rousseau, 1978a, p. 238). Em um estado onde as florestas fechadas e totalmente virgens, sem jamais terem recebido cortes de machado ou quaisquer outros instrumentos dos quais temos conhecimento, certamente abrigava uma série variada de animais de todo tipo de espécie que poderiam ameaçar a vida humana por conta da força e da rapidez, mas a natureza proporcionou ao ser humano uma espécie de destreza que o fazia se sobressair aos outros animais, devido à vigorosidade do seu corpo, a agilidade acima de alguns animais e pela sua capacidade de organização e adaptação às mais variadas intempéries impostas pela natureza, de modo que os humanos conviviam com os outros seres harmonicamente segundo a ordem da própria natureza, conforme saíram das mãos do Autor de todas as coisas.

Além da vitalidade e força física, o homem primitivo gozava de uma saúde resistente, de modo que as doenças eram quase inexistentes nessa fase; aliás as várias doenças que temos conhecimento só seriam produzidas e multiplicadas em meio a sociedade. O formato de vida

do ser humano original era bastante rudimentar de forma que não demandava grandes indústrias para a sua sobrevivência em meio às matas, pois a mesma árvore que oferecia o alimento poderia lhe proporcionar a sombra para o repouso; sua sede poderia ser saciada diretamente das fontes de água pura ou nos leitos dos rios, e diante de alguma ameaça à sua vida por conta de alguma fera faminta, os altos galhos das árvores ou o interior de alguma caverna poderia lhe servir de esconderijo; além do mais, paus e pedras poderiam ser úteis como instrumento de defesa. Segundo Salinas Fortes:

Rousseau imagina o homem primitivo disperso ao longo da terra. Poucos e espalhados pela vastidão do planeta, os homens quase não mantêm entre si alguma espécie de contato. Achemo-nos diante de um animal comparável aos outros que, vive em uma “solidão na abundância”. Ele vive em um estado de isolamento e sem necessidade de recorrer a qualquer esforço para arrancar de uma natureza pródiga os frutos necessários à sua sobrevivência (Fortes, 2007, p. 62).

Em relação ao aspecto metafísico ou psicológico, percebemos que o homem primitivo é apenas mais um animal a vagar na imensidão do planeta em busca de sua sobrevivência, igualando-se aos demais animais, apenas no que se refere aos sentidos, sendo que na espécie humana, estes que os proporcionadores da percepção, do sentimento e das ideias. Mas no que se refere ao aspecto metafísico, Rousseau aponta as diferenças existentes entre os homens e os animais, demonstrando as características que lhes são específicas. É corriqueiro ouvirmos que a razão é, por excelência, o atributo que diferencia os seres humanos dos demais animais, no entanto essa característica ainda não havia se desenvolvido no estado de natureza, e para chegar ao patamar de desenvolvimento pleno dessa potencialidade, o ser humano ainda deveria passar por inúmeras indústrias ao longo de uma extensa jornada bastante complexa sobre a terra. Porém, o gérmen já estava com o ser humano em forma de uma espécie de ideias simples que, como se estivesse em um profundo repouso, necessitasse de uma série de estímulos para despertar.

Esse gérmen foi denominado pelo genebrino de razão virtual, ou seja, uma característica ainda incompleta que haveria de alcançar a sua plenitude em um futuro imensamente longínquo. Sendo assim, as reais características que diferenciam os humanos dos demais animais, são exclusivamente, a liberdade e a perfectibilidade, que para Rousseau, representam a fonte da infelicidade humana. Ao mesmo tempo em que a liberdade eleva os seres humano a patamares maiores que a dos outros animais, devido a possibilidade de acolher ou resistir aos ditames da natureza, faz dele o causador de sua própria ruína a partir do momento em que a sua livre

capacidade de escolha poderá lhe colocar diante de um abismo, o que já não ocorre com os demais selvagens.

Um escolhe ou rejeita por instinto, e o outro, por um ato de liberdade, razão porque o animal não pode desviar-se da regra que lhe é prescrita, mesmo quando lhe for vantajoso fazê-lo, e o homem, em seu prejuízo, frequentemente se afasta dela. Assim um pombo morreria de fome perto de um prato cheio das melhores carnes, e um gato sobre um monte de frutas ou de sementes, embora tanto um quanto outro pudessem alimentar-se muito bem com o alimento que desdenham, se fosse atilado para tentá-lo; assim, os homens dissolutos se entregam a excessos que lhe causam febre e morte, porque o espírito deprava os sentidos e a vontade ainda fala quando a natureza se cala (Rousseau, 1978a, p. 243).

Ainda pouco, falamos sobre a perfectibilidade que é essa capacidade exclusivamente humana de aperfeiçoar-se, que é a segunda característica que diferencia o ser humano dos outros animais. Essa qualidade que se encontra tanto na espécie quanto nos indivíduos, possui uma capacidade quase ilimitada e é uma das condições indispensáveis, juntamente com a liberdade, para o desenvolvimento da razão no homem, da mesma forma que o fará se afastar cada vez mais do seu estado natural, de maneira a aprofundar-se no precipício da degeneração. Por causa da perfectibilidade, as luzes alvorecerão e juntamente com elas os erros e vícios, tirando os homens do estado de inocência e tranquilidade, de onde jamais sairiam se não fosse o avanço daquela faculdade que fez dos humanos tiranos de si mesmo (Rousseau, 1978a).

A respeito do aspecto moral do ser humano, o estado de natureza no qual ele vivia, era marcado pela amoralidade, isto é, a inexistência de virtudes e vícios, pois como já afirmamos, a moral é fruto da razão que era completamente ausente no período originário, de maneira que nessa fase, ratificando, o homem não possuía maldade e nem tampouco bondade. A moral surgirá apenas no estado social com o desabrochar das luzes, porém esse surgimento não será, de nenhuma maneira, algo vantajoso para a humanidade, já que no estado primitivo ela desfrutava de uma vida naturalmente aprazível. Contudo, quando nos referimos ao aspecto moral do ser humano naquele estado natural, na verdade, queremos nos reportar aos dois princípios da moralidade representados pelos sentimentos naturais que levam o homem a agir denominados por Rousseau de amor de si e a piedade. O primeiro refere-se ao sentimento de autoconservação, enquanto o segundo está direcionado ao instinto de conservação mútua da espécie humana. Esses princípios naturais demonstram que o homem gozando de sua liberdade age para superar as necessidades, de maneira que, auxiliado pela perfectibilidade, o amor de si atua interiormente para a sua proteção individual, enquanto a piedade, projetando-se para o exterior, protege a espécie humana (Starobinski, 2011).

Ao confrontar Thomas Hobbes, Rousseau demonstra alguns equívocos do autor do *Leviatã*, que considerava que homem em estado de natureza vivia em um constante estado de guerra, de maneira que, no intuito de conservar a própria vida, deveria matar os seus semelhantes que o ameaçava. Ocorre que o fato de o ser humano em estado primitivo não fazer a mínima ideia do que seja bondade e virtude, não significa que ele seja mal ou corrupto, pois da mesma forma, ele era totalmente desconhecedor das ideias de maldade e vício, logo, o homem em estado de natureza não poderia ser mal. Uma outra falha de Hobbes sobre esse aspecto, foi ter aplicado princípios existentes somente na civilização, no estado primitivo em que os homens viviam isolados nas florestas onde dificilmente se encontravam.

Raciocinando sobre os princípios que estabeleceu, esse autor deveria dizer que, sendo o estado de natureza aquele no qual o cuidado de nossa conservação é o menos prejudicial ao de outrem, esse estado era, conseqüentemente, o mais propício à paz e o mais conveniente ao gênero humano. Ele diz justamente o contrário por ter incluído, inoportunamente, no desejo de conservação do homem selvagem a necessidade de satisfazer uma multidão de paixões que são obra da sociedade e que tornaram as leis necessárias (Rousseau, 1978a, p. 252).

Como extensão do amor de si, a piedade enquanto paixão primitiva, além de contê-lo para que não degenera, faz com que o homem natural saia de si ao encontro do outro como um ato de compaixão pelo sofrimento do seu semelhante, ou seja, a piedade faz com que o ser humano se identifique com outro, no momento de apuros. Esse sentimento originário será a raiz daquilo que virá a ser a virtude, e posteriormente se transformará no instinto moral, no estado de sociedade. Embora a piedade tenha essa função de fazer com que o ser humano se coloque no lugar daquele que passa por algum sofrimento, esse sentimento surge no homem natural, muito antes da existência de qualquer tipo de reflexão, a prova disso é que tal paixão também apresenta sinais de sua existência nos outros animais, por exemplo, quando estes apresentam o cuidado com os seus filhotes, ou, ainda, quando um bicho se sente incomodado ao passar próximo de um cadáver de sua mesma espécie.

Contudo, embora a reflexão seja anterior à piedade, será por intermédio dela que esse sentimento natural, se estenderá a toda humanidade. Antes disso, a piedade contará com o auxílio da imaginação ocasionando o rompimento de sua condição instintiva e pré-racional, utilizando-se desse mecanismo, ou seja, da capacidade de imaginar, para que seja feito o percurso do inatismo à reflexão. Vale lembrar que esse processo, ainda rudimentar, não conta com a presença da racionalidade em si, pois esta só desenvolverá somente no estado de natureza. De acordo com Maria Constança Pissarra:

Pela *pitié*, cada um se põe no lugar do outro, em sendo um sentimento inato, cada homem o recebeu na mesma porção, nem mais nem menos, o que lhe permite a capacidade de moderação do amor de si na direção do outro. Este, natural aos corações, é fundamental à manutenção da vida e as necessidades com que nela nos deparamos são alcançadas pelo desejo que nos move para os objetos em busca de satisfação daquelas. A não convergência dos desejos e das necessidades resulta na corrupção presente no estado de sociedade, pois não é mais o equilíbrio originário que nos move, mas a imaginação fantasiosa de novas necessidades. Para isso, o concurso das luzes, se faz necessário (Pissarra, 2017, p. 30).

Enquanto no estado de natureza os indivíduos, por mais diferentes que fossem, mantinham uma estreita identificação, por conta daqueles dois sentimentos naturais de autoconservação e perpetuação da espécie, amor de si e piedade, a perfectibilidade como uma faculdade de aperfeiçoamento constante, tanto individual quanto da espécie, fará com que os seres humanos se encontrem formando a sociedade donde a razão despontará transformando o amor de si em amor-próprio; sentimento degenerado que provocará na sociedade uma diversidade de paixões inexistentes no estado primitivo. No estado de sociedade, reunidos pelo nascimento da linguagem, a razão engendra o amor-próprio e a reflexão o fortifica de maneira que provoque o nascimento dos sentimentos de comparação e rivalidade que, ganham força e levam o ser humano a sempre buscarem o reconhecimento dos outros, proporcionando o surgimento de sentimentos degenerados como, a vaidade, a inveja e o egoísmo. Doravante, a desigualdade, o símbolo de todo o mal, tomará o lugar daquela igualdade natural que fazia com que os homens vivessem praticamente sobre as mesmas condições de existência. O sentimento de superioridade de uns sobre outros, criará um grandioso abismo entre os homens e os dividirá entre fortes e fracos, ricos e pobres, poderosos e escravos. Eis que surge a propriedade privada como fonte de todo o mal na história da humanidade!

3.3 A degeneração em sociedade: *essência versus aparência*

Se tudo degenera fora das mãos do Autor de todas as coisas, é certo que a degeneração não acontece, de modo algum, no estado de natureza, devido àquela etapa da vida não possuir as mínimas condições para que isso pudesse acontecer, em contrapartida ao que propunha Hobbes e Mandeville que cometem alguns equívocos ao interpretar o estado de natureza; o primeiro cometeu o erro de atribuir a esse estado, situações que só poderiam ocorrer no estado de sociedade; o segundo errou ao conceber que a piedade, um sentimento essencialmente natural, seria uma virtude social. Conforme acompanhamos ainda pouco, no estado originário os seres humanos viviam isolados e errantes pelas florestas, de forma que desconhecendo a existência do outro, viviam somente em si e para si.

Outra questão interessante, refere-se à ausência de instituições que virão a existir somente no estado de civilização. Assim, aquela preocupação referente às instituições sociais que tanto atormentariam os filósofos da Ilustração referentes a política, religião e comércio, como aconteceu com Voltaire e Condorcet, os nativos estavam livres desses problemas. Sendo assim, de acordo com essas reflexões sobre o estado de natureza, não fica difícil concordar com o genebrino que, atribui ao estado de civilização a genealogia do mal, que para ele ocorre no percurso da história, da sociedade e da linguagem; a partir do surgimento da propriedade privada no limiar da história.

Ainda pouco vimos que o homem em estado primitivo vivia isolado em uma terra de abundância, onde tudo aquilo que era necessário para a sua sobrevivência estava ali à sua disposição. A natureza com toda a sua imensidão pertencia a todos os seres vivos pois não havia proprietários. Vimos, também que a liberdade e a perfectibilidade, fontes da infelicidade humana, aos poucos foram transformando o homem, até o momento em que o amor de si se degenera em amor-próprio no seio da sociedade, de maneira que o segundo sentimento natural, a piedade, que é ativada pela imaginação, mesmo em ação não foi capaz de controlar a corrupção desse sentimento genuíno que servia para preservar o homem enquanto indivíduo. A partir de então, ao reconhecer a existência do outro, o sentimento de comparação irá dar início a um processo de competição sem fim, entre os homens, o que possibilitara o nascimento da propriedade privada, e conseqüentemente a desigualdade que é a verdadeira raiz de todo o mal na vida da humanidade. Vejamos a seguir como se deu esse processo de transformação que modificou para sempre a vida da humanidade desde o estado de natureza ao estado histórico.

Partindo do princípio da história da humanidade, já apresentamos os principais fatores que, desde o marco zero da evolução humana, propiciaram as transformações pelas quais o ser humano passou até chegar na civilização. De acordo com Rousseau, a inauguração da sociedade aconteceu no momento da instituição da propriedade privada, que como já abordamos enfaticamente, é ela a causadora do mal, ou seja, a fonte de todas as desigualdades. Segundo o genebrino, a fundação da sociedade civil, aconteceu desse modo:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer, isto é, *meu* e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras e assassinios, misérias e horrores não poupariam ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas, ou enchendo o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: “Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!” (Rousseau, 1978a, p. 259).

A instituição da propriedade privada acontece como um marco simbólico, que transforma para sempre o destino da humanidade, de modo que a cada etapa desse longo processo de mudança, possibilitado pela perfectibilidade, a marcha para a degeneração segue transcorrendo inevitavelmente. Para Rousseau, instituição da propriedade privada é o divisor de águas entre o estado selvagem e o estado de civilização. Para entendermos de uma forma mais pedagógica toda essa transição, levemos em consideração que antes desse evento citado acima, temos a primeira etapa que, inicia-se com o estado de natureza e vai até a origem da propriedade; na segunda etapa dispomos dos três outros momentos que correspondem à evolução para o estado de sociedade, equivalentes às três grandes revoluções técnicas.

Observamos que na primeira etapa, no princípio do estado de natureza, a desigualdade era quase inexistente, a não ser aqueles naturais que não ofereciam influências relevantes por serem ainda fracas e desprezíveis, no sentido de não proporcionar algum tipo de mudança radical na vida dos homens, o que só ocorrerá no estado de civilização. Mas, antes de ocorrer essas transformações drásticas, a humanidade passou por um prolongado período de transição que aconteceu por etapas. É importante ressaltar que o estado de natureza rousseauiano, é classificado por vários estudiosos em duas etapas, identificadas como: estado de natureza primitivo e estado de natureza histórico.

Nesse primeiro estado, já temos o conhecimento de que nesse período a vida humana era simples e animal, sem nenhum tipo de indústria; os seres humanos, que nesse momento eram poucos, viviam isolados e solitários pelas florestas, onde raramente se encontravam, o encontro esporádico se dava apenas para a atividade sexual por instinto de reprodução sem nenhum tipo de vínculo afetivo ou fraternal. No segundo estado de natureza, já ocorre algumas modificações que propicia a aproximação entre os seres humanos, que paulatinamente são como “empurrados” para a reunião em sociedade, devido a ocorrência de situações adversas que desafiam os homens a lutarem pela sobrevivência.

O surgimento das primeiras dificuldades apresentadas pela própria natureza, como o enfrentamento da intempéries ocasionadas pelas mudanças climáticas bruscas, terremotos, fortes ventanias, a defesa contra os animais ferozes e a disputa pela alimentação, fizeram com que os homens desenvolvessem cada vez mais a sua agilidade e força física, bem como, os primeiros sinais de uma espécie de reflexão que os fará adquirir um maior conhecimento de si mesmo e dos outros, de maneira que esses fatores são os que promovem os primeiros progressos do espírito humano. A rapidez com que o ser humano se propaga e se espalha por todas as regiões da terra, também contribui para esse desenvolvimento, fazendo com que ele tenha que

se apta às mais diversas situações que lhe são apresentadas de acordo com cada contexto existente em cada canto do planeta.

Dessa forma o ser humano teve que aprender a lidar com situações que vai desde os climas mais gelados às altas temperaturas, assim como os mais variados tipos de vegetações e de solos. A partir daí o homem começa a criar vários mecanismos de defesa e sobrevivência como construção de instrumentos rudimentares e armas rústicas que o auxiliem na caça, na pesca, na elaboração do vestuário e na produção do fogo. Tais indústrias fazem com que o homem se perceba superior aos outros animais devido à sua mínima capacidade reflexiva que o faz se sobressair com muito mais êxito aos desafios impostos pela natureza, além de perceber a existência de seus semelhantes que também agem da mesma forma na busca do seu bem-estar.

Essa fase que acabamos de relatar possui uma importância crucial, não só por apresentar como se deu a ocorrência dos primeiros progressos da humanidade, mas também, porque exatamente nela situa-se a origem dos primeiros indícios da linguagem que, para Rousseau, se constitui como a primeira instituição social, isto é, possivelmente a linguagem e a sociedade tenham nascido juntas, ou, quem sabe, uma tenha sido resultado da outra, embora, nesse caso, não tenhamos como saber qual delas se originou primeiro.

As primeiras manifestações da linguagem comum todos os seres humanos se manifestam por intermédio dos gritos e balbúrcios que, se complementam com alguns gestos e sinais pouco convencionais que vão conduzindo os homens a se aproximarem com o intuito de colaborarem mutuamente entre si para a sobrevivência e o bem-estar, porém ainda sem laços fortes que, só acontecerão com a construção das primeiras habitações que, como fruto daqueles primeiros progressos do espírito, vão se fortalecendo a cada passo, propiciando as aparições da família, da primeira propriedade privada, dos laços sentimentais baseado no amor conjugal e paternal e da distinção das funções entre homens e mulheres; Sendo que a primeira se constitui como a primeira forma de sociedade, a segunda como a primeira posse particular, a terceira como os primeiros sentimentos de apego entre os seres humanos e a última como a primeira divisão referente a funções econômicas. Eis a primeira grande revolução técnica!

A primeira grande revolução técnica é marcada pela construção das cabanas, como acabamos de demonstrar; esta será precedida pela revolução do ferro e por última a revolução do trigo; estas revoluções são equivalentes aos surgimentos da arquitetura, metalurgia e agricultura. Esse momento da humanidade está situado no estado de natureza histórico, porém em um estágio mais avançado que o anterior, já que o início desse estado ainda é caracterizado pela ausência de um vínculo social mais concreto, visto que os homens apenas se ajudavam mutuamente para o alcance de um objetivo em comum, e depois de realizada tal finalidade,

voltavam ao distanciamento natural. Só a partir das construções das cabanas os laços se estreitam criando vínculos baseados nos sentimentos relativos aos amores conjugal e paterno que dão origem à família. A partir de então aquela linguagem dos gritos, dos balbucios e dos gestos e sinais, segue aperfeiçoando-se primeiramente nos povos insulares e posteriormente com os povos continentais.

Como dissemos, a linguagem como primeira instituição social, conduz os homens a cada vez mais a se aproximarem formando as primeiras comunidades; o canto e a dança promovem as reuniões comunitárias, e, conseqüentemente viabilizam a gênese da noção de beleza, do amor sentimental, do ciúme e da comparação entre si. Este meio termo entre, a adolescência da humanidade, onde o homem ainda gozava da tranquilidade do estado primitivo, e a perversão do estado de civilização, onde o amor-próprio começa a ser aflorado, foi considerado pelo genebrino como a juventude do mundo; momento em que as famílias se unem formando comunidades tribais que lembram muito os nossos nativos da América Latina. Embora o gérmen da crueldade já exista nesse momento, a desigualdade passará a existir com a emergência das novas revoluções tecnológicas, ou seja, a revolução do fero e a revolução do trigo.

As revoluções do ferro e do trigo, instituem, de uma vez por todas, a propriedade privada que é a raiz da desigualdade entre os homens; desse momento em diante o ser humano se torna mal e a perversão se dá de forma irremediável, de maneira que, quanto mais as luzes da razão avançam mais o ser humano se degenera, o que jamais aconteceria se o homem não tivesse saído do seu estado natural, e ao sair daquele estado do qual partiu de forma perfeita das mãos do Autor de todas as coisas, passou por um processo drástico de queda, afastando-se cada vez mais da natureza e conseqüentemente afastando-se de si mesmo. Continuando a abordagem sobre as revoluções tecnológicas que, deixaram um legado de destruição da alma humana, a primeira delas foi a revolução do ferro, que consistiu na arte de moldar o ferro, por conta das erupções vulcânicas, esse trabalho com a metalurgia precisou contar cada vez mais com uma quantidade maior de trabalhadores; essa segunda revolução originou, como consequência, a terceira grande revolução tecnológica, isto é, a revolução do trigo. Essa última revolução surge pela necessidade de alimentar a grande quantidade de trabalhadores da metalurgia, bem como, serviria também como moeda de troca para a aquisição dos objetos fabricados. Com o advento dessa revolução, a terra passa a ser dividida e cercada para a posse de proprietários que por conta da propriedade, mandam e exploram os trabalhadores no intuito de aumentar cada vez mais as suas posses, assim surgem a ganância, a competição, a ambição e o egoísmo; alguns trabalhadores que conseguem se sobressair, ganham mais, outros recebem menos. A produção

em larga escala produz o excedente e o acúmulo de riquezas. Assim surge a divisão entre ricos e pobres, gerando a desigualdade.

As revoluções técnicas tiveram um papel fundamental para a ocorrência desse processo de transição do estado de natureza para o estado de civilização, a partir das duas últimas revoluções a degeneração humana entra no modo de aceleração, deixando totalmente para trás aquela feliz época em que os homens desfrutavam de plena igualdade e liberdade; nessa fase eles tornam-se escravos de outros homens e de suas necessidades, o trabalho se transforma em algo essencialmente necessário, e o amor próprio cada vez mais aflorado no coração humano faz com que os sentimentos de rivalidade, concorrência e competição, dominem a alma do ser humano que, a partir de então passa a viver numa disputa sem fim, de modo que a aparência se sobressai à essência; doravante os homens farão todo o possível para demonstrar parecer ser aquilo que eles não são; a mentira, a dissimulação e a falsidade farão parte de suas personalidades de modo trivial, numa escala evolutiva sem fim.

Essas transformações proporcionaram o surgimento de associações e de governantes que, objetivavam proteger as riquezas acumuladas pelos proprietários das terras, visto que somente pela força essa tarefa seria exígua. Esses governos eram representados pelos próprios donos das propriedades que, competiam buscando acumular cada vez mais riquezas em detrimento da pobreza da grande maioria representada pela classe dos trabalhadores. Com a instituição dessas associações e dos governantes, ocorre de uma vez por todas a perda da liberdade e do direito natural. É interessante percebermos que essa organização, em uns moldes ainda bastante rudimentar, nos faz lembrar do que viria a ser a organização do feudalismo durante o período da Alta Idade Média, ao refletirmos sobre essa fase pré-sociedade civil, podemos observar que essa fase parece estabelecer as bases daquilo que muito tempo depois se transformará no Antigo Regime, aliás, um dos principais alvos dos Enciclopedistas. Feita essa pequena digressão, voltemos à reflexão sobre o período que sucede às revoluções técnicas.

O fato é que diante dessa situação de acúmulo de riquezas e crescimento da desigualdade, as condições para um conflito sangrento, sem precedentes, estavam dadas; de maneira que mesmo com a criação dessas associações e dos governos, a sociedade entra em um estado de guerra generalizado, onde ricos e pobres entram numa batalha pela disputa de bens. Uma possível solução para essa situação caótica que ameaçava a vida da humanidade, seria a criação de um pacto social.

Esse pacto social consistiu na criação de leis que regulassem a vida e a conduta de todos os membros da sociedade civil, agora instituída. Esse contrato deveria se sobrepor a todas as divergências existentes, estabelecendo acordos, resolvendo as adversidades e promovendo a

paz e a concórdia, por intermédio de um magistrado. “Isso, ao menos, teoricamente. Na realidade a instituição de uma ordem legal, ao mesmo tempo em que promove a paz, legitima a propriedade privada e dá respaldo às desigualdades existentes” (Fortes, 2007, p. 72). Com o insucesso do primeiro pacto, a sociedade constrói um segundo pacto, onde a figura do magistrado aparece como o representante instituído pela coletividade que, compõe a associação social, no intento de assistir as diligências apresentadas pelo povo, ou seja, na sociedade civil, os indivíduos abrem mão da própria liberdade para delegarem a um governo que arbitrará em nome do corpo social; e é certo que numa sociedade composta por homens degenerados, o governo também será degenerado, e, passará bem distante do cumprimento acordado pelo contrato. Essa depravação da figura do magistrado culminará com a imagem do déspota que, a partir de então, abandona a legitimidade do cargo para governar de forma arbitrária. Foi dessa forma que a sociedade seguiu o seu progresso para a queda, gerando a desigualdade em três etapas: Primeiramente pela instituição da propriedade privada, que estabelece a divisão entre ricos e pobres; em seguida pela criação dos magistrados, que divide a sociedade entre poderosos e fracos; e finalmente pelo despotismo que dá origem aos senhores e escravos. Com a emergência do despotismo na sociedade, cumpre-se o ciclo evolutivo para o declínio da humanidade. Chega-se, de fato, ao estado de sociedade civil, conforme já temos o conhecimento.

Todo esse percurso genealógico da origem do mal, apresentado por Rousseau, desde o início do estado de natureza até o surgimento do estado de sociedade civil, embora tenha sido um exercício baseado em uma conjectura, nos apresenta uma análise bastante lúcida e coerente se considerarmos todo o arcabouço pesquisado pelo genebrino, para fazê-lo chegar a tais conclusões. A trajetória percorrida por ele chega até o Século XVIII, precisamente na sua época de existência, onde a sociedade já se encontra completamente degenerada em relação a todas as etapas anteriores, visto que a perfectibilidade faz com que cada época seja mais avançada do que a antecede, em termos do avanço da técnica, mas também da queda, uma vez que o progresso da história humana é o da decadência. Ainda que Rousseau não tenha vivido o suficiente para ver a Revolução Francesa, e as suas consequências, assim como todos os demais acontecimentos nefastos que ocorreram ao longo da história até os nossos dias, nós podemos considerar que a sua análise possui total coerência com o que temos acompanhado na nossa história, mesmo que, fazendo um corte que considere apenas o período que vai do Século da Luzes até o século XXI, fica bastante notória decadência da humanidade, que no momento atual se encontra ameaçada na sua existência, como jamais ocorrera antes; mas, voltaremos posteriormente a tecer alguns comentários sobre esta preocupante realidade.

A abordagem efetuada por Rousseau no *Segundo Discurso*, nos fornece um repertório bastante relevante no que concerne à reflexão sobre a genealogia do mal, que de acordo com o seu pensamento filosófico, não se origina na natureza, mas, sim na história, onde em meio à civilização, o amor-próprio impele o ser humano à maldade, devido à busca incessante de notoriedade e reconhecimento do outro, de maneira que deixa de viver em si para viver fora de si. Ao ouvirmos alguns relatos de estudiosos que atuam em comunidades indígenas, como antropólogos e biólogos, ficamos sabendo de algumas experiências de povos que ainda cultivam uma forma de vida mais primitiva e tradicional, de acordo com a natureza e longe da vida civilizada dos “brancos”, principalmente quando se trata daqueles povos que ainda vivem isolados sem nenhum tipo de contato com a civilização, o que nos faz lembrar daquelas comunidades descritas por Rousseau, que viviam no período que ele chamou juventude do mundo. Porém, apenas em caráter de lembrança, sem fazer uma comparação categórica entre aquela realidade narrada por Rousseau e essa realidade contemporânea dessas comunidades nativas, o que poderia ser equivocado; o que queremos demonstrar é que quanto mais próximos da natureza, menos degenerado é o ser humano; e quanto mais afastados dela, mais declinado ele fica.

Se observarmos a vida dos animais selvagens podemos perceber que vivem de acordo com o instinto, sem indústrias e necessidades, buscando apenas conservarem as suas vidas; até mesmo os animais domésticos, que já degenerados pelos hábitos humanos, também vivem instintivamente, em um constante presente, desconhecendo qualquer tipo de preocupação, e o fato desse animais, tanto os selvagens quanto os domésticos, não possuírem a faculdade de aperfeiçoarem-se, mesmo que passem séculos ou milênios, eles sempre serão da mesma forma, logo não existe maldade no mundo animal. Apresentamos esses exemplos apenas para corroborar com a existência daquele estado de natureza retratado por Rousseau, certos de que por ser um relato apenas hipotético, talvez jamais ele o tenha existido, conforme o esclarecimento do próprio autor (Rousseau, 1978a).

Agora, em meio a um estado completamente artificial, o ser humano cada vez mais afastado de sua própria natureza, continuará a seguir o seu percurso de desenvolvimento de suas luzes, de forma implacável, por intermédio da perfectibilidade que o faz evoluir racionalmente criando novos aparatos tecnológicos, científicos e estéticos, que ao mesmo tempo em que o proporciona facilidades, rapidez, comodidade, lazer e entretenimento, também proporciona o seu declínio moral, de forma que, por melhor que seja as intenções das instituições que nascem com o objetivo de ajudar a melhorar a vida da humanidade, todas elas degenerarão em algum momento da história. As instituições políticas, econômicas, religiosas, comerciais, científicas e

artísticas, absolutamente todas estas, inexistente no estado de natureza, entrarão em declínio causando a ruína do ser humano, a partir do nascimento da sociedade civil, contrariando aquelas expectativas otimistas em relação ao futuro civilizacional, defendidas por Voltaire; assim como aquelas que se relacionavam a uma transformação revolucionária, apostadas por Condorcet.

Ao escrever ambos os discursos, Rousseau começa a sua narrativa sobre o percurso histórico da humanidade, do fim para o começo, de forma que, enquanto o *Primeiro Discurso*, já apresenta o homem no estado de civilização; o *Segundo Discurso*, faz todo um percurso minucioso, de cunho histórico e até antropológico, conforme destaque do antropólogo francês, Claude Lévi-Strauss, que o considerou o fundador das ciências dos homens (Lévi-Strauss, 1976). No *Discurso sobre as ciências e as artes*, o genebrino enfatiza a situação em que os homens se encontravam em sua época, tendo em vista que, as análises tecidas pelo filósofo de Genebra, avaliam o seu próprio contexto. Como já sabemos, a atmosfera da Ilustração era a da pompa dos salões e dos espetáculos, com roupas chamativas, muito brilho, perucas e maquiagem, afinal era o Século das Luzes, porém para Rousseau, todos esses adornos e enfeites só serviam para mascarar o ser humano que trocava o seu ser pelo mero parecer, querendo demonstrar que cultivavam, “em uma palavra: a aparência de todas as virtudes, sem possuir nenhuma delas” (Rousseau, 1978c, p. 335).

Depois de vermos, em algumas linhas toda a trajetória do ser humano que sai do estado primitivo onde gozava de plena liberdade e praticamente das mesmas condições de igualdade de vida, observamos, com Rousseau, o homem do século da Ilustração optar pela liberdade das correntes, de acordo com o desenvolvimento das ciências e das artes, que como um fio condutor, direcionam a humanidade para uma nova espécie de escravidão, consentida por ela própria. O brilho das artes ofusca a vista dos homens que, nesse estágio civilizatório, no qual se encontram, não conseguem enxergar a verdade, utilizando as ciências como se fosse uma espécie de muletas, sem as quais eles não andariam para lugar algum. Totalmente alheio de si, o ser humano nessa fase perdeu a sua capacidade de autonomia, a destinando a outrem para que conduza os seus passos. O homem setenticista tornou-se escravo de si e dos outros, de modo que:

Enquanto o Governo e as leis atendem à segurança e ao bem-estar dos povos reunidos, as ciências, a letras e as artes, menos despóticas e talvez mais poderosas, estendem guirlandas de flores sobre as cadeias de ferro de que estão eles carregados, afogam-lhes o sentimento dessa liberdade original para a qual pareciam ter nascido, fazem com que amem a sua escravidão e formam assim o que se chama povos policiados (Rousseau, 1978c, p. 335).

Estes povos policiados, dos quais Rousseau se refere, são justamente aqueles que renunciaram a sua autonomia para serem conduzidos, assim as ciências, as letras e as artes os conduzem para um abismo sem possibilidade de retorno. Daqui em diante ficará cada vez mais difícil encontrar alguém com genialidade, devido à formação dos homens que frutos de uma educação uniforme que desconsidera as idiossincrasias que deveria ser natural em cada indivíduo, mas se perde no meio das artificialidades. Todo esse contexto faz do ser humano um hipócrita que vive de acordo com as conveniências, trocando as suas máscaras de acordo com cada situação, de maneira que, as relações sociais não sejam fundamentadas na sinceridade e na confiança, pois todos se escondem embaixo do véu da hipocrisia, com o intuito de não se mostrarem como realmente são, ou seja, viverem de aparência para alcançarem os seus objetivos mais escusos, a fim de tirar vantagem encima dos outros, de modo que a partir de então: “Não mais amizades sinceras e estima real; não mais confiança cimentada” (Rousseau, 1978c, p. 336). Naquela sociedade dos enciclopedistas, a polidez é um traço marcante das relações, que se estabelecem por intermédio das belas palavras e dos gestos de cortesia que na realidade, mascaram os verdadeiros sentimentos daquilo do que se queria dizer. Dessa forma, todos poderão caluniar-se sem que ninguém saia ofendido, pois as difamações poderão ser feitas com a utilização das palavras mais doces que possam existir no vocabulário utilizado.

Que ser e parecer sejam diversos, que um véu dissimule os verdadeiros sentimentos, esse é o escândalo inicial com que Rousseau se choca, esse é o dado inaceitável de que buscará a explicação e a causa, essa é a infelicidade de que deseja ser libertado (Starobinski, 2011, p. 15).

De fato, a vida em sociedade civil faz com que as pessoas sigam em efeito manada, como se cada indivíduo, de forma autônoma, não tivesse a capacidade de livre escolha dos móveis de sua ação. Rousseau foi testemunha dessa realidade ao testemunhar a conjuntura de seu tempo, embora a nossa realidade parece estar bem mais degenerada do que aquela época em que o genebrino viveu. Parece até profético quando ele chega a dizer em certo momento do *Primeiro Discurso*: “Viu-se a virtude fugir à medida que sua luz se elevava no nosso horizonte e observou-se o mesmo fenômeno em todos os tempos e lugares” (Rousseau, 1978, p. 337). Enquanto a humanidade não havia evoluído ao ponto de criar as ciências e as artes, aquele processo oriundo da perfectibilidade, acontecia de forma bastante lenta, de forma que até os seres humanos primitivos chegarem a tal estágio, um incontável número de gerações se passara para que isso ocorresse.

A partir do advento das ciências e das artes o processo de degeneração humana se acelera, de modo que quanto mais elas evoluem, mais rápido acontece a depravação humana, e

de forma dialética, sucede o inverso, ou seja, quanto mais a humanidade se degenera, mais ela demonstra a capacidade de desenvolver a ciência e a técnica, conforme podemos presenciar na atualidade com o veloz desenvolvimento tecnológico, representados não só pelas máquinas, mas pelo que elas proporcionam como, o avanço das redes sociais e da inteligência artificial, que tem demonstrado ser uma faca de dois gumes para a sociedade contemporânea do século XXI.

E, nesse ponto, Rousseau demonstra mais uma vez, que estava coberto de razão ao atribuir ao avanço das ciências e as artes, a causa de nossa depravação, de fato elas demostram ao longo da história serem filhas de nossos vícios, de tal modo que se formos interpretar a nossa realidade à luz do pensamento genebrino, no que tange às ciências e as artes, sem fazer nenhum anacronismo, podemos perceber que elas continuam depravando moralmente a alma do ser humano, e, mais uma vez, em contrapartida, a alma degenerada tende também a depravar as ciências e as artes, como um círculo vicioso de decadência que ameaça nos dias atuais a vida da humanidade graças aos seus efeitos nefastos no clima, no meio ambiente, na cultura e nas relações humanas.

O futuro preconizado por Voltaire de que a história da humanidade deveria ser pautada pela civilização, dependeria da ação dos homens, especialmente dos filósofos e homens de letras, que deveriam agir para não permitir que a humanidade caísse na barbárie, mas não foi o que aconteceu, conforme a história tem nos demonstrado; da mesma forma, as esperanças colocadas na Revolução Francesa, por Condorcet, também falharam, no sentido de que lá para cá, a humanidade não conseguiu promover a paz entre os povos de uma maneira plena, nem chegou a avançar em todos aqueles níveis que Condorcet apresentou no *Esboço*, por intermédio da perfectibilidade da qual ele defendia, que como já sabemos, vai totalmente na contramão do conceito cunhado pelo genebrino. O que temos acompanhado é que os frutos provenientes da civilização têm sido prejudiciais à vida da humanidade. É evidente que não estamos desconsiderando os efeitos da ciência em si, que tem produzido benefícios que contribuem com a vida dos humanos, o problema é como a ciência tem se desenvolvido, nas mãos da humanidade degenerada pelos vícios.

Com efeito, assim como os filósofos da chamada teoria crítica, pontuaram a crise em que a humanidade passava no período da Segunda Guerra Mundial, também por conta do Holocausto, frutos de uma razão teórica, fria e desprovida de moralidade, o psicanalista Sigmund Freud, também conseguiu enxergar um mecanismo de mal-estar na cultura provenientes da forma com que a sociedade encarava algumas questões referentes ao

comportamento dos indivíduos afetando a sua vida psíquica. Nesse sentido, em relação a espécie humana no seio da cultura, ele avaliou que:

A questão do destino da espécie humana parece-me ser de saber, se e em que medida o seu desenvolvimento cultural será bem-sucedido em dominar a perturbação trazida a sua vida em comum através da pulsão humana de agressão e autodestruição. Talvez, em relação a isso, a época presente mereça precisamente um interesse especial. Os seres humanos chegaram agora tão longe na dominação das forças da natureza que, com sua ajuda, seria fácil exterminarem-se uns aos outros até o último homem (Freud, 2023, p. 405).

Se as ciências e as artes são filhas dos nossos vícios, podemos afirmar que aquelas devem ser consideradas, de alguma forma, filhas da linguagem, tendo em vista que a linguagem foi a primeira instituição social, ou até mesmo, a própria originadora da sociedade, a tal ponto de não sabermos qual delas tenha nascido primeiro, de acordo com o que já apresentamos. Assim, a linguagem que demorou milhares de anos para se desenvolver, até chegar ao patamar que conhecemos, a partir do seu processo evolutivo segue auxiliando o desenvolvimento das luzes no ser humano, proporcionando que ele passe a exercer cada vez mais a sua criatividade em construir uma série de elementos, tanto materiais quanto imateriais.

Lembre-se das quantas ideias devemos ao uso da palavra; como a gramática exercita e facilita as funções do espírito; pense-se nos trabalhos inimagináveis e no tempo infinito que custou as primeiras invenções das línguas; junte-se essas reflexões às precedentes e ter-se-á ideia de como foram preciso milhares de anos para sucessivamente desenvolverem-se no espírito humano as operações de que era capaz (Rousseau, 1978a, p. 246).

Dessa forma, Rousseau tanto reconhece a importância do desenvolvimento das línguas para a evolução do ser humano, como também a dificuldade de se compreender como se deu esse longo processo. Inicialmente ela surge com o grito natural que aos poucos se transformarão em sons que designam os objetos, até evoluírem para os sinais convencionais que simbolizarão a organização dos sons, até chegar ao patamar de uma comunicação formal. No *Segundo Discurso*, ele inicia algumas reflexões importantes sobre a questão da origem das línguas que de acordo com as suas concepções, ele propõe que o seu nascimento supõe a sociedade. Porém, é no seu opúsculo, *Ensaio Sobre a Origem das Línguas*, que ele aprofundará a temática, supondo de forma contrária ao *Segundo Discurso*, que a sociedade supõe a linguagem. A seguir, veremos com mais detalhes como a linguagem humana se originou e de que forma ela se degenerou, juntamente com a sociedade, ao ponto de conduzir a humanidade ao seu declínio moral, acelerando essa passagem, promovendo o avanço das luzes.

4 A ORIGEM DO MAL NA PERSPECTIVA DA LINGUAGEM

Embora o filósofo Jean-Jacques Rousseau tenha vivido no século XVIII, muito de seus escritos possuem reflexões bastante atuais em relação às variadas problemáticas que vivenciamos, seja nos campos da política, ética, educação ou estética. No seu livro *Ensaio sobre a origem das línguas*, podemos perceber a robustez e grandiosidade de seu pensamento filosófico acerca não só da origem da língua, propriamente dita, mas de como essa língua humana passou por uma degeneração levando a um processo de perda da naturalidade e afastamento das emoções e sentimentos, causando uma racionalização exacerbada da língua, de maneira que a humanidade, aos poucos foi se tornando cada vez mais degenerada moralmente, até ficar presa e subjugada pelos governantes voltando novamente ao estado de “silêncio”.

Rousseau foi um pensador que se associou bastante às questões referentes à música e à linguagem, isso já fica claro antes de escrever o *Ensaio sobre a origem das línguas* quando ele escreveu a *Carta sobre a música Francesa*, publicada em 1753, durante a famosa Querela dos Bufões, que dividiu Paris entre partidários da ópera italiana e francesa, onde Rousseau afirmou que a música italiana era mais capaz de exprimir as paixões que a francesa, visto que a primeira privilegiava a melodia, enquanto a segunda a harmonia. Com a publicação do *Discurso sobre o fundamento e a desigualdade entre os homens*, em 1754, Rousseau volta a tratar das questões linguísticas, abordando como temática a sociedade demonstrando que a razão, a sociabilidade e a linguagem são aquisições tardias da humanidade, ou seja, há um abismo quase intransponível entre a natureza e a história.

Após três anos da morte de Rousseau, foi publicado o *Ensaio sobre a origem das línguas*, em 1781. Sua origem controvertida, não apresenta uma data certa de redação, alguns estudiosos especulam que a obra foi escrita em meados da década de 50. Há quem afirme que o *Ensaio* foi escrito antes do *Segundo Discurso*, e até mesmo do primeiro, devido conter alguns elementos de estudos de música destinados originalmente à *Enciclopédia* ou, talvez, como parte do *Segundo Discurso*, que depois teria sido retirado e reelaborado. No entanto, tudo isto são apenas hipóteses. Sua estrutura foi organizada em quatro partes, a saber: origem da linguagem; diferenciação das línguas; questão da música e língua e governo.

Assim, tendo apresentado uma visão contextual e panorâmica da obra de Jean-Jacques Rousseau em escopo, apresento como principal objetivo deste trabalho refletir, de forma sucinta, a questão da origem das línguas e da linguagem propriamente dita, levando em consideração a questão das paixões e da musicalidade, tendo em vista à reflexão sobre a degeneração e

diferenciação da linguagem humana, suas consequências e possibilidades, bem como a dicotomia entre linguagem e sociedade a fim de refletirmos sobre a origem do mal na humanidade.

4.1 O surgimento da linguagem humana

De acordo com as reflexões estabelecidas por Rousseau, a linguagem, no que se refere à fala, não é algo natural ou inerente ao ser humano, é algo que surgiu com o passar do tempo na história da humanidade. Segundo o genebrino, os primeiros homens não utilizavam a linguagem falada, pois não havia necessidade, visto que esses humanos viviam isolados e só encontravam um semelhante esporadicamente. No estado de natureza primitivo os humanos viviam em plena harmonia com a natureza, pois lá possuíam tudo que era necessário para a sua sobrevivência sem nenhuma outra necessidade (Rousseau, 1978d). Na própria natureza estava a sua alimentação, o seu repouso e a atividade sexual no momento oportuno quando encontrava o seu par, sem nenhum um outro tipo de ligação, com este, a não ser o natural.

Embora nesse período não houvesse a fala, propriamente dita, o homem primitivo não era impossibilitado de comunicar-se, pois se manifestava através de gritos, balbucios ou até mesmo imitando os sons da natureza. Além do mais, a utilização de gestos e símbolos também se fazia modo de se expressar, especialmente quando se trata de sentimentos simples, pois se os humanos não tivessem ultrapassado as necessidades físicas, talvez jamais tivessem falado (Rousseau, 1978d). Afinal, todo ser vivo, em maior ou menor escala, se comunica, embora saibamos hoje que a linguagem convencional só pertence ao ser humano “e esta é a razão por que o homem progride, seja para o bem ou para o mal” (Rousseau, 1978d, p. 163).

Podemos concluir até aqui que não foram as necessidades físicas que estabeleceram o surgimento da linguagem falada, até porque as necessidades físicas promoveram a separação dos homens e não a aglutinação.

Daí se conclui, por evidência, não se dever a origem das línguas às primeiras necessidades dos homens; seria absurdo que da causa que os separa resultasse o meio que os une. Onde, pois, estará essa origem? Nas necessidades morais, nas paixões. Todas as paixões aproximam os homens, que a necessidade de viver força a separarem-se. Não é a fome ou a sede, mas o amor, o ódio, a piedade, a cólera, que lhes arrancaram as primeiras vozes (Rousseau, 1978d, p.164).

Sendo assim, percebemos que a linguagem falada nasce não das necessidades naturais, mas das necessidades artificiais. As paixões fazem o ser humano falar, tendo em vista a manifestar os seus sentimentos, emoções e desejos, talvez por isso a primeira linguagem nascida

foi com sentido figurado, de maneira que no início só se falava poeticamente só depois passou a falar de forma raciocinada. De início as paixões suscitaram uma linguagem baseada em imagens ilusórias, e com o passar do tempo, com o esclarecimento do homem a linguagem foi se tornando metafórica até se tornar racionalizada.

Em acordo com o *Segundo Discurso*, o *Ensaio sobre a origem das línguas* nos revela que primeiro se sentiu e só depois se raciocinou, corroborando a ideia de que a origem da palavra está atrelada às necessidades artificiais do ser humano como a moral e as paixões. É bom lembrarmos que o estado de natureza rousseauiano possui duas fases, isto é, o estado de natureza primitivo e o estado de natureza histórico. No primeiro estado a chamada “lei natural” era totalmente ausente de razão, logo, nesse estado não havia a existência de moralidade e muito menos de sociedade. No que se refere ao tema abordado no *Ensaio*, já se passa no segundo estado quando os homens já estão aglutinados em hordas e falam não só uma linguagem ditada pela necessidade física, mas falam, também, a linguagem inspirada pelas paixões. Este seria o principal fundamento que posteriormente ocasionaria a evolução da linguagem humana e sua degeneração. De acordo com Starobinski:

Ao sair da natureza, ao trabalhar contra ela, ao interpor a linguagem de que é inventor, o homem torna-se surdo à voz que lhe falava na origem. A existência moral não é mais regida pela lei natural: é preciso enunciar leis “positivas”, convenções, contratos (Starobinski, 1991, p. 313).

Assim, com o progresso da linguagem humana, que é considerada a primeira instituição social, percebemos que as bases para a origem da sociedade civil foram estabelecidas com o processo de evolução dessa linguagem, que se afastou cada vez mais da natureza para se aproximar da artificialidade das convenções civis, ditadas pela racionalidade, que elaborou novas formas de relação entre os homens, pautada nas leis positivas, no contrato social e numa nova ordem política. Verificamos até aqui que o *Ensaio sobre a origem das línguas*, embora apresente as bases fundamentais sobre a origem da linguagem humana e sua transformação com o decorrer da história, de língua poética e apaixonada para uma língua racionalizada e degenerada, percebemos que o *Ensaio* nos apresenta, em harmonia com o Segundo Discurso, uma mesma história sob um duplo aspecto conforme aponta Jean Starobinski: “O Discurso sobre a desigualdade insere uma história da linguagem no interior de uma história da sociedade; inversamente, o *Ensaio* sobre a origem das línguas introduz uma história da sociedade no interior de uma história da linguagem” (Starobinski, 1991, p. 310).

4.2 A diferenciação das línguas

Através da filosofia rousseuniana, vimos que a sociabilidade humana não é algo natural, pois na origem da história da humanidade não havia a sociedade, tornamo-nos sociáveis graças à perfectibilidade que é inerente ao homem desde sua origem. Da mesma forma, compreendemos que a fala humana, também não é natural, pois como já vimos os primeiros homens não tinha a mínima necessidade de exercer a fala estando em perfeita sintonia com a natureza ouvindo apenas à sua voz. O desenvolvimento da fala nos seres humanos também é resultado da perfectibilidade que para Rousseau era como se fosse um dom natureza herdado pelo ser humano, que cujos efeitos irão se manifestar paulatinamente, através de condições excepcionais que promoverão o desenvolvimento das faculdades virtuais (Starobinski, 1991).

No *Discurso sobre a desigualdade* Rousseau supôs que alguns seres humanos, se afastando do habitat temperado, encontraram dificuldades climáticas que acabaram os obrigando a lutar contra a natureza que os cercavam, obrigando a perfectibilidade que estava adormecida, despertar da potência ao ato. “A inteligência, a técnica, a história têm origem no contato com o obstáculo, quando o homem deixa a tepidez constante da floresta primitiva e se encontra exposto a “‘verões ardentes’ ou a ‘invernos logos e rudes’” (Starobinski, 1991, p. 310). No *Ensaio sobre a origem das línguas*, Rousseau apresenta uma ideia bastante semelhante, porém de maneira mais simbólica através da diferença das estações: “Aquele que quis que o homem fosse sociável pôs o dedo no eixo do globo e o inclinou sobre o eixo do universo” (Rousseau, 1978d, p. 179).

Na *Carta sobre a música francesa* Rousseau já apontava sobre a diferença entre as línguas que eram mais propícias à música, devido à melodia, das músicas que eram mais voltadas à harmonia, portanto menos capaz de exprimir as paixões. Da mesma forma, Rousseau abordou sobre as diferenciações das línguas estabelecendo as mais próximas das paixões, isto é, as melodiosas; das línguas que não continha melodia, e sim harmonia, e por isso estavam mais distantes das paixões e mais próximas da racionalidade. Assim, distinguiu as línguas meridionais das línguas setentrionais.

As línguas meridionais são as nascidas no Sul nos climas quentes, onde as condições físicas são mais propícias ao isolamento em que inicialmente viviam os homens. Embora os impulsos básicos levassem os homens à reprodução, faltava o verdadeiro convívio social que provoca a comparação com situações semelhantes, originadoras da reflexão que, em si mesma, é a comparação de uma pluralidade de ideias. Já as línguas setentrionais, ou seja, do Norte onde a vida é mais dura, e seleciona os homens mais fortes, a linguagem é mais áspera e lhes impõe expressões mais secas e diretas. Nesta região a língua se origina de uma constante carência e

não do amor e da ternura. É a linguagem da cólera das ameaças, acompanhadas sempre de articulações fortes, que as tornam ásperas e estridentes.

Sendo assim, verificamos que embora a região meridional possua um clima mais ameno e com melhores condições de se viver não é nesta região que aglutina o maior número de pessoas. No Sul as condições propiciaram um maior isolamento do homem fazendo com que esta linguagem permanecesse mais próxima da natureza, acentuando a sonoridade, a eloquência e a vivacidade. Enquanto a região setentrional devido à dureza e dificuldades do ambiente compostos de necessidades aglutinou um maior número de pessoas fazendo com que a necessidade de se comunicar afastasse a linguagem falada da natureza, de maneira que nestas regiões as paixões nascem das necessidades, enquanto na região meridional as necessidades nascem das paixões. Segundo Rousseau, as causas físicas mais gerais da diferença característica das línguas primitivas, ocorreram porque:

As do Sul tiveram de ser vivas, sonoras, acentuadas, eloquentes e frequentemente obscuras, devido a energia. As do norte surdas, rudes, articuladas, gritantes, monótonas e claras, devido antes à força das palavras do que a uma boa construção (Rousseau, 1978d, p. 185).

Portanto, podemos compreender que se as necessidades físicas afastaram os seres humanos, novas necessidades advindas da moral e das paixões os reuniram. Para que estas últimas aparecessem, operaram-se “acidentes da natureza”, através de fenômenos cataclísmicos, ou simplesmente cíclicos como as quatro estações em sua sucessão. Foi através da fogueira ou da fonte, recursos bastante simples no confronto do homem contra a natureza, que se estabeleceram os primeiros lugares de reunião. E foi da reunião que nasceu a necessidade de comunicação, isto é, a linguagem desenvolvida, ou seja, as bases do surgimento da sociedade.

4.3 A musicalidade

A fala humana nasceu por conta das necessidades morais e das paixões. Com efeito, a primeira língua da humanidade era dotada de vogais com pouquíssimas articulações e apenas algumas consoantes a fim de evitar hiatos. No princípio, língua e música se confundiam, no lugar de falar os seres humanos cantavam. Na medida em que os acentos, isto é, as ênfases melódicas, iam desaparecendo da linguagem, os acentos eram substituídos por combinações gramaticais e novas articulações de maneira que língua se separou da música, e se tornou um instrumento claro e eficaz, mais apropriado para veicular ideias do que sentimentos. A partir de então, a linguagem passa a significar o objeto e deixa de exprimir o sujeito.

A partir do momento que as necessidades artificiais cresceram, a linguagem humana foi se tornando mais racional e menos apaixonada. Nesse momento a escrita apareceu como forma de linguagem, de maneira que esta se incumbiu de registrar o processo de evolução da língua, através de três maneiras: a representação dos objetos, a representação das palavras por caracteres e a representação das partes elementares das palavras através da articulação das letras (mais precisamente as vogais) para combiná-las em vocábulos. Estas três possibilidades de escrita estavam diretamente em correspondência com os povos selvagens, povos bárbaros e povos policiados.

Embora as línguas modernas ao longo da história tenham se misturado, algumas localidades ainda conservaram, mesmo que de forma ínfima, algumas dessas diferenças apresentadas na divisão entre línguas meridionais e setentrionais. Rousseau, percebendo o grau de degeneração da linguagem humana, observando o desenvolvimento da escrita e a diferenciação das línguas do Ocidente e do Oriente, enfatizou da seguinte maneira:

Nossas línguas valem mais escritas do que faladas; leem-nos com mais prazer do que nos escutam. Pelo contrário, as línguas orientais perdem, escritas, sua vida e calor. O sentido só em parte está nas palavras, toda a sua força reside nos acentos. Julgar o gênio dos orientais pelos seus livros é querer pintar um homem tendo por modelo seu cadáver (Rousseau, 1978d, p. 186).

Percebemos com bastante clareza que para Jean-Jacques Rousseau a primeira fala humana era cantada, isto é, repleta de melodia, que expressava os sentimentos, as emoções, os desejos e as paixões. Era uma fala poética. Compreendemos também que as línguas meridionais eram mais melodiosas, portanto, músicas formadas de pura melodia. Já as línguas setentrionais por terem se afastado da natureza eram mais harmônicas, isto é, racionalizadas e moralizantes, afastadas das paixões e sentimentos. A linguagem harmônica racionalizou a sonoridade da fala e abafou a melodia desta, fazendo com que a fala estivesse mais apta a transmissão de ideias e teorias do que os sentimentos. Para o genebrino enquanto a harmonia só possuía beleza de convenção sem jamais agradar os ouvidos, a melodia constituía exatamente na música, o que o desenho representa na pintura, sendo que a pintura estaria mais próxima da natureza, enquanto a música, da arte humana.

4.4 Linguagem, sociedade e a origem do mal

É certo de que para Rousseau a origem do mal na humanidade não está na natureza, mas no percurso da história, da sociedade e da linguagem; a grande questão que se impõe sobre esta reflexão se refere ao que teria proporcionado em primeiro lugar o surgimento do mal, conforme

àquela analogia do ovo e da galinha, apresentada pela Clarice Lispector. Seria a linguagem ou a sociedade a raiz de toda maldade humana? Vimos ainda pouco que enquanto o Primeiro Discurso insere uma história da linguagem no interior de uma história da sociedade; o *Ensaio sobre a origem das línguas* faz o inverso (Starobinski, 1991). Se os primeiros lugares de reunião da humanidade, de onde se origina a necessidade de comunicação, ou seja, o nascimento da linguagem desenvolvida, ocorre através da fogueira ou da fonte, logo podemos compreender que este encontro promovedor dessa linguagem pode ser considerado o fundamento da origem das sociedades.

No entanto, o problema referente a origem do mal ainda permanece, ou seja, não sabemos se a sociedade promoveu o desenvolvimento da linguagem ou vice-versa; provavelmente esse processo se deu de forma dialética onde um aspecto proporcionou o surgimento do outro. É certo que, no que se refere ao tema abordado no *Ensaio sobre a origem das línguas*, esse falar desenvolvido já se passa no momento em que os homens já estão em sociedade a usufruir de uma linguagem inspirada pelas paixões, isto é, a raiz de sua degeneração e por consequência do nascimento do mal. Dessa forma, com o processo evolutivo da linguagem humana, que pode ser considerada a primeira instituição social, pode ser considerado o germen do surgimento do mal na humanidade.

No início do livro *Emílio*, Rousseau (1992, p. 9) afirmou que “Tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, e tudo degenera nas mãos do homem”. Dessa mesma forma ocorreu com a linguagem que de musical, melódica e ditada pelas paixões, evolui para uma linguagem harmônica, fria e racional. Para Jean-Jacques Rousseau, esta evolução representou na verdade uma queda, proporcionalmente à história da degradação moral e política da humanidade. A partir do momento que a língua perdeu a sua força e energia, os homens se tornaram impossibilitados de experimentar verdadeiras paixões. Não é por acaso que o *Segundo Discurso* e o *Ensaio sobre a origem das línguas* caem no mesmo lugar, no estado da civilização em que predomina o absolutismo político e no “silêncio” da sociedade.

Não é a razão, que é uma aquisição tardia da humanidade, o pressuposto correto para se compreender ou se explicar a linguagem, mas as paixões, pois antes de raciocinar se poetizou. Dessa forma, a música, e não as regras gramaticais deveria ser o paradigma da língua, cuja função primeira foi falar aos sentimentos e não comunicar teorias. Assim, com a degeneração da língua, com o sucumbir da melodia diante das novas regras, a comunicação dos homens foi atropelada pelos turbilhões da tirania e da violência arbitrária representada pelos canhões, dinheiros e cartazes, reduzindo os indivíduos ao silêncio.

No contexto em que vivemos a humanidade já se encontra embrutecida pelas ideologias, teorias, pregações e promessas vindas dos tiranos da contemporaneidade. A humanidade silenciosa continua a viver uma falsa liberdade com os grilhões presos em suas mentes. Parece não haver mais espaço para a poesia, a música, os sentimentos, as emoções e os desejos. Quando estas palavras aparecem na maioria das vezes estão travestidas como mercadorias. Os homens da contemporaneidade padecem por não poderem dizer a sua palavra e não verem mais sentido no que de fato não tem sentido.

Portanto, sabemos que o caminho traçado pela perfectibilidade não tem retorno, o progresso continuará. Sendo assim, o que nos resta é prepararmos para as adversidades desta vida através de um processo educacional mais profundo de si mesmo levando em consideração aquilo que de fato nos importa, isto é, aquilo que faz sentido. Vimos ao longo da história e ainda vemos que nem sempre a razão teórica trouxe benefícios à humanidade. A crença exacerbada na razão teórica nos fez seres humanos mais egoístas, consumistas e individualistas. Não quero aqui desconsiderar a razão humana, mas, creio que esta também precisa ser reeducada, e uma boa oportunidade para isso seria nós seres humanos nos aproximarmos mais da natureza e de nós mesmos, através de mecanismos que nos faça exprimir os nossos sentimentos, desejos e emoções. De repente a experiência estética poderia ser uma boa possibilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste trabalho, intencionou apresentar uma análise sobre a origem do mal a partir do percurso histórico da sociedade e da linguagem no “progresso da humanidade” na perspectiva do filósofo Jean-Jacques Rousseau. Para este empreendimento buscamos inicialmente, apresentar a discussão referente ao quadro histórico e filosófico da Ilustração, demonstrando a concepção da História do antiprogresso, a partir das visões atinentes aos caracteres civilizatório e revolucionário da história, levantados por Voltaire e Condorcet. Na sequência, refletimos sobre a genealogia do mal na visão rousseuniana que, antagonicamente aos dois filósofos citados, concebe a história como declínio, isto é, um processo de desnaturação da espécie humana até atingir o degeneramento moral no seio da sociedade civil. Finalmente, demonstramos como a origem das línguas e o seu desenvolvimento, foram cruciais para a marcha da humanidade rumo à degeneração.

No tocante ao século XVIII, observamos que os enciclopedistas consideravam que o momento seria o apogeu da racionalidade humana, de maneira a considerá-la como aquilo que viria a solucionar os problemas que afetavam a humanidade, principalmente aqueles que seriam provocados pelas instituições do período medieval, ou seja, a Igreja, o Antigo Regime e o absolutismo. Voltaire preconizava que o Século das luzes seria o momento auge da civilização, e que dali em diante, caberia aos seres humanos, especialmente aos filósofos e homens de letra, deixarem-se ser conduzido e conduzir a sociedade pela razão a fim de que não caiam na barbárie.

Baseado nessa ideia, Voltaire elege algumas personalidades, de sua admiração, para representar a importância que tiveram cada uma delas em seu século, mas com um tempo, se decepciona elas devido algumas de suas atitudes, principalmente aquelas que se relacionavam com a guerra. Já Condorcet acreditava que o ser humano teria uma capacidade irreduzível para se aperfeiçoar, por conta da perfectibilidade, e que nenhum obstáculo seria capaz de impedir essa proeza. Para ele, o ápice dessa transformação seria a Revolução Francesa, que seria uma continuidade da Revolução Americana, só que o movimento revolucionário francês, não atingiu as suas ambiciosas expectativas, de maneira que as movimentações pós-revolução, acabaram o levando a ser perseguido, até ser encontrado morto, de uma forma muito suspeita, enquanto tentava se esconder das autoridades francesas.

Vimos nesses dois exemplos, que tanto a concepção civilizatória, quanto a concepção revolucionária da história, fracassaram em suas expectativas, o que demonstra que a concepção da história como declínio, estava correta, pois em sociedade os homens tendem a se degenerarem, pois a partir do momento em que o homem se afasta da natureza desenvolve o amor-próprio, passando a afastar-se de si mesmo percorrendo uma linha contínua rumo a sua

degeneração moral. Se fizermos um salto histórico para o contexto atual, concordaremos muito mais com o genebrino, pois a nossa conjuntura tem nos proporcionado muitos desafios que se apresentam como problemas de grande complexidade no que se refere à humanidade e à vida em geral que tem ameaçado a existência dos seres humanos e a vida do planeta. O momento é de muita preocupação em relação aos obstáculos a serem enfrentados, dos quais podemos destacar alguns como: o aquecimento global ocasionado por uma grande crise ambiental; o surgimento de novas doenças com potenciais pandêmicos; a eclosão de guerras que sempre despertam o temor de ataques nucleares; a crise da democracia no Ocidente; o advento de grupos e ideias neofascistas e neonazistas e o fenômeno das *Fake News* espalhadas em todo o mundo.

Os países mais pobres sofrem com o crescimento da fome e da miséria, fruto da imensa desigualdade social e da corrupção; o aumento da violência; o ataque aos povos originários; a perseguição à imprensa e tantos outros males. No Brasil, além do sofrimento da população com muitos dos problemas já elencados, ultimamente temos visto vários casos de racismo e injúria racial; feminicídios e a morte de pessoas pertencentes às comunidades LGBTQIAPN+. As florestas estão sendo devastadas pelo agronegócio, o garimpo ilegal e a grilagem de terras, fazendo com que os indígenas, os ambientalistas e os ribeirinhos se sintam constantemente ameaçados. Enfim, se continuássemos a lista poderia ser bem mais extensa.

Creio que toda esta problemática apresentada aqui, tem raiz na maldade que parece até estar cravada no coração da humanidade. Ao nos debruçarmos com afinco nas obras do filósofo Jean-Jacques Rousseau, podemos perceber que muitas de suas críticas lançadas ao progresso das ciências e das artes, bem como ao estado de sociedade, parecem ser bastante atuais em relação ao contexto em que estamos vivenciando. De fato, à luz de seu pensamento filosófico, podemos interpretar a nossa realidade observando que quanto mais vemos a humanidade progredir racionalmente, mais a percebemos cair moralmente. Na esteira da filosofia rousseauiana compreendemos que a origem do mal na humanidade não é algo natural, mas originado no percurso da história da sociedade e da linguagem.

REFERÊNCIAS

- CHEVALIER, Jean-François. **História da Filosofia**: ideias, doutrina. São Paulo: Zahar, 1982.
- FORTES, Luiz Roberto Salinas. **O Iluminismo e os Reis Filósofos**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- FORTES, Luiz Roberto Salina. **Rousseau**: o bom selvagem. São Paulo: Humanitas, 2008.
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura e outros escritos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta**: o que é o esclarecimento? Petrópolis: Vozes, 2013.
- KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
- PISSARRA, Maria Constança P. Jean-Jacques Rousseau e a noção de *pitié*. **Educativa**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 24-38, jan./abr. 2017.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. São Paulo: Paulus, 1990. v. 1.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Abril Cultural, 1978a.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Abril Cultural, 1978b.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre as ciências e as artes**. São Paulo: Abril Cultural, 1978c.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Ensaio sobre a origem das línguas**. São Paulo: Abril Cultural, 1978d.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Difel, 1979.
- SOUZA, Maria das Graças. **Ilustração e História**: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.
- STAROBINSKI, Jean. **Jean-Jacques Rousseau**: a transparência e o obstáculo – seguido de sete ensaios sobre Rousseau. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- VENTO, Marisa Alves. O estatuto da *Pitié* nas obras de Rousseau. **Transformação**, Marília, v. 38, p. 158-162, 2015.